

***Companhia Brasileira de Distribuição***

*Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em 31 de Dezembro de  
2016 e Relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia" ou "CBD"), diretamente ou por meio de suas subsidiárias ("Grupo" ou "GPA"), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos, eletroeletrônico e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as bandeiras "Pão de Açúcar", "Minuto Pão de Açúcar", "Extra Hiper", "Extra Super", "Minimercado Extra", "Assaí" e shoppings de vizinhança "Conviva". As atividades varejistas relacionadas aos segmentos de eletroeletrônicos e e-commerce estão apresentadas como atividades descontinuadas (vide nota explicativa nº35), e representam as lojas sob as bandeiras "Ponto Frio" e "Casas Bahia", além das plataformas de "e-commerce" "Casasbahia.com", "Extra.com", "Pontofrio.com", "Barateiro.com", "Partiuviaagens.com", "Cdiscount.com". Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa, sob o código "PCAR4", e na Bolsa de Valores de Nova York (ADR nível III), sob o código "CBD".

A Companhia é controlada indiretamente pelo Almacenes Éxito S.A., através da Wilkes Participações S.A. ("Wilkes"), tendo como controlador final o Casino Guichard Perrachon ("Casino"), companhia francesa com ações negociadas na Bolsa de Paris.

### 1.1 Arbitragem Morzan

Em 14 de agosto de 2015, a Câmara Internacional de Arbitragem - CCI emitiu sentença sobre o Procedimento Arbitral, condenando solidariamente CBD e sua controladora direta Wilkes a indenizar a Morzan Empreendimentos e Participações S.A. ("Morzan"). Tal decisão foi aditada em 27 de janeiro de 2016, sem alterações significativas. O valor desta obrigação, no montante de R\$233, incluindo custas processuais, foi integralmente liquidado em 1 de abril de 2016.

Em 25 de outubro de 2016, a Companhia recebeu ofício da Superintendência de Registro de Valores Mobiliários ("SRE") da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") determinando que a Companhia realize o pagamento do valor adicional equivalente a 80% do valor efetivamente pago à Morzan a título de indenização aos demais acionistas de Globex Utilidades S.A. que aderiram ao Contrato de Compra de Ações que culminou na alienação de controle da Companhia ou escolheram, no âmbito de sua OPA, a opção de pagamento mista, conforme definida no edital da oferta pública para aquisição de ações realizada pela Companhia em 4 de janeiro de 2010. A Companhia apresentou recurso ao Colegiado da CVM e obteve efeito suspensivo da decisão, que tem valor estimado de R\$150 e possibilidade de perda avaliada como possível.

### 1.2 Movimentações societárias em 2015

#### 1.2.1 Sé

Em Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 22 de dezembro de 2015, foi aprovada a incorporação da subsidiária Sé Supermercados Ltda. ("Sé") pela Companhia, com objetivo de unificação das atividades e da administração. A unificação resultará na obtenção de benefícios de ordem administrativa, econômica e financeira.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2015 da controladora, como resultado da incorporação da subsidiária Sé, estão sumariados no quadro a seguir. Por tratar-se de incorporação de subsidiária integral, não houve alteração nas demonstrações financeiras consolidadas, nem impactos na demonstração do resultado nas demonstrações financeiras individuais:

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.2 Movimentações societárias em 2015 – Continuação

#### 1.2.1 Sé – Continuação

<b><u>Ativo</u></b>	<b><u>31.12.2015</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa	100
Outros contas a receber	56
Estoques	59
Impostos a recuperar	14
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>229</b>
Outras contas a receber	4
Impostos a recuperar	3
Partes relacionadas	2.707
Imobilizado	228
Intangíveis	2
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>2.944</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.173</b>
<b><u>Passivo</u></b>	
Empréstimos e financiamentos	1
Partes relacionadas	390
Outras contas a pagar	45
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>436</b>
Empréstimos e financiamentos	21
Outras contas a pagar	6
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>27</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>463</b>
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>2.710</b>

### 1.3 Movimentações Societárias em 2016

#### 1.3.1 Reorganização societária de Barcelona, Sendas e Xantocarpa

Em 27 de abril de 2016, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da CBD, a incorporação de parte do acervo líquido de Sendas Distribuidora. De forma a concentrar as atividades operacionais do segmento de atacado de autosserviço em uma única entidade e prover melhor eficiência operacional e financeira, foram realizadas as seguintes movimentações societárias:

##### (i) Resgate de ações Barcelona

Foi aprovado em 22 de fevereiro de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, o resgate da totalidade das ações preferenciais de emissão da Barcelona, que correspondem a 3.722.470 ações detidas pela Novasoc, pelo valor contábil de R\$160. A transação não gerou impactos nos saldos consolidados da Companhia.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.3 Movimentações Societárias em 2016 – Continuação

#### 1.3.1 Reorganização societária de Barcelona, Sendas e Xantocarpa – Continuação

##### (ii) Incorporação total de Barcelona

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2016 foi aprovada a incorporação da Barcelona por Sendas.

Em 30 de abril de 2016 os ativos e passivos da Barcelona foram integralmente vertidos a Sendas, sendo Barcelona extinta. Como resultado da Incorporação, o capital social de Sendas aumentou em R\$800, valor da diferença do total do Patrimônio Líquido da Barcelona subtraído do investimento detido por Sendas em Barcelona, mediante emissão de novas ações.

##### (iii) Cisão parcial de Sendas

Ainda na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 27 de abril de 2016 foi aprovada a cisão da Sendas. Em 30 de abril de 2016, após a incorporação total e extinção da Barcelona, Sendas foi parcialmente cindida e incorporada à CBD. O valor do acervo cindido foi de R\$2.

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2015 (*)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	155
Outras contas a receber	261
Estoques	509
Impostos a recuperar	23
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>948</b>
Outras contas a receber	
Impostos a recuperar	29
Partes relacionadas	62
Investimento	-
Imobilizado	578
Intangíveis	-
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>669</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>1.617</b>
<u>Passivo</u>	
Fornecedores	456
Empréstimos e financiamentos	1
Partes relacionadas	931
Outras contas a pagar	220
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>1.608</b>
Empréstimos e financiamentos	5
Outras contas a pagar	2
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>7</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>1.615</b>
<b>Acervo líquido incorporado</b>	<b>2</b>

(\*) Saldo Cindido

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.3 Movimentações Societárias em 2016 – Continuação

#### 1.3.1 Reorganização societária de Barcelona, Sendas e Xantocarpa – Continuação

- (iv) Em agosto de 2016 houve a incorporação total e consequente extinção da Xantocarpa Participações por Sendas Distribuidora.

O resultado dessa reorganização não gerou efeito nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, já que se tratam de subsidiárias integrais da Companhia.

#### 1.3.2 Alienação da Rede Duque

Em 31 de janeiro de 2016, a Companhia concluiu a venda das entidades Auto Posto Império Ltda., Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda., Auto Posto Duque Santo André Ltda., Auto Posto Duque Lapa Ltda., e Auto Posto Ciara Ltda., para Rede Duque, referente ao contrato anteriormente assinado em 1º de dezembro de 2015. O valor firmado no contrato foi de R\$8.

A Companhia não obteve ganhos ou perdas no resultado com a operação. Os saldos patrimoniais da Rede Duque apresentam-se desconsolidados do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016.

### 1.4 Ofícios da CVM ao GPA e sua subsidiária Via Varejo

Em 18 de fevereiro de 2016, a subsidiária Via Varejo recebeu da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013. Em decorrência dos efeitos reflexos verificados em suas demonstrações financeiras, a Companhia recebeu o ofício nº 19/2016-CVM/SEP/GEA-5.

A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remensuração do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("NPC"), decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira ("Bartira").

A Via Varejo e a Companhia apresentaram recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM. Em 26 de julho de 2016, a Via Varejo publicou fato relevante comunicando o encerramento das investigações de Cnova, bem como informou que atendeu parcialmente às exigências constantes do Ofício nº 18/2016CVM/SEP/GEA5, especificamente quanto ao lançamento contábil da venda de participação na NPC, ocorrida em 2013. Em 26 de janeiro de 2017, a CVM comunicou a Companhia que (i) o recurso foi acatado em relação ao tema envolvendo a Bartira; e (ii) a Superintendência de Relações com Empresas – SEP, da CVM, pedirá reconsideração da decisão do Colegiado.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. Informações corporativas – Continuação

### 1.5 Investigação Cnova

Em 18 de dezembro de 2015 foi instaurada investigação na Cnova Brasil sobre práticas de empregados na gestão de estoques, que posteriormente foi expandido para a avaliação de outros fatos.

Ao final do processo de investigação o efeito total dos ajustes apurados foi de R\$557, sendo R\$357 referente a ajustes decorrentes da investigação, R\$182 sobre a reavaliação da recuperabilidade dos ativos de tributos diferidos e R\$18 de outros efeitos. Como se tratavam de controladas da Companhia, consolidadas para fins de apresentação das demonstrações financeiras, tais efeitos ocasionaram os mesmos ajustes nas demonstrações financeiras reapresentadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como em períodos anteriores aos quais os referidos efeitos estavam relacionados, cuja reapresentação ocorreu em 27 de julho de 2016.

Não há efeitos oriundos deste assunto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

## 2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro, (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, Lei nº6.404/76, e documentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e ratificados pela CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais – R\$. A moeda funcional da Companhia é o real – R\$. A moeda funcional das associadas localizadas no exterior é a moeda local de cada jurisdição onde estas subsidiárias operam.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2017.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de consolidação

### 3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas:

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
<b>Controladas</b>				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10	-	10	-
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	100	-	100	-
Bellamar Empreend. e Participações Ltda. ("Bellamar")	100	-	100	-
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	100	-	100	-
CBD Holland B.V. ("CBD Holland")	100	-	100	-
CBD Panamá Trading Corp. ("CBD Panamá") (****)	-	-	-	100
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona") (*)	-	-	68,86	31,14
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa") (*)	-	-	-	100
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda. ("GPA 2")	100	-	99,99	0,01
GPA Logística e Transporte Ltda. ("GPA Logística")	100	-	100	-
Posto Ciara Ltda. ("Posto Ciara")	-	-	100	-
Auto Posto Império Ltda. ("Posto Império") (**)	-	-	100	-
Auto Posto Duque Salim Maluf Ltda. ("Posto Duque Salim Maluf") (**)	-	-	100	-
Auto Posto Duque Santo André Ltda. ("Ponto Duque Santo André") (**)	-	-	100	-
Auto Posto Duque Lapa Ltda. ("Posto Duque Lapa") (**)	-	-	100	-
Via Varejo S.A. ("Via Varejo") (***)	43,34	-	43,35	-
Via Varejo Luxembourg Holding S.à.r.l. ("VVLuxco") (***)	-	43,34	-	-
Via Varejo Netherlands Holding B.V. ("VVDutchco") (***)	-	43,34	-	-
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira") (***)	-	43,34	-	43,35
VVLOG Logística Ltda. (PontoCred Negócio de Varejo Ltda.) ("VVLOG Logística") (***)	-	43,34	-	43,35
Globex Adm. e Serviços Ltda. ("Globex Adm") (***)	-	43,34	-	43,35
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda. ("Lake Niassa") (***)	-	43,34	-	43,35
Globex Adm. Consórcio Ltda. ("Globex Adm. Consórcio") (***)	-	43,34	-	43,35
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil") (***)	-	43,34	-	36,09
E-Hub Consult. Particip. e Com. S.A. ("E - Hub") (***)	-	43,34	-	36,09
Nova Experiência PontoCom S.A. ("Nova Experiência") (***)	-	43,34	-	36,09
Marneylectro S.A.R.L. ("Luxco") (****)	-	-	53,2	19,03
Marneylectro B.V. ("Dutchco") (****)	-	-	-	72,23
Companhia Brasileira de Distribuição Luxembourg Holding S.à.r.l. ("CBDLuxco")	100	-	-	-
Companhia Brasileira de Distribuição Netherlands Holding B.V. ("CBDDutchco")	-	100	-	-
<b>Associadas</b>				
Cnova N.V. ("Cnova Holanda") (****)	-	34,05	-	36,09
Cdiscount Group S.A.S. ("CDiscount") (****)	-	34,05	-	36,09
Cnova Finança B.V. ("Cnova Finança") (****)	-	34,05	-	36,09
Cdiscount Afrique SAS ("Cdiscount Afrique") (****)	-	34,05	-	36,02
Cdiscount International BV The Netherlands ("Cdiscount Internacional") (****)	-	34,05	-	36,02
Cnova France SAS ("Cnova France") (****)	-	34,05	-	36,09
Cdiscount S.A. ("Cdiscount") (****)	-	33,93	-	36,09
3W SAS ("3W") (****)	-	33,93	-	35,87
CD Africa SAS ("CD Africa") (****)	-	28,94	-	30,62
Cdiscount Côte d'Ivoire SAS Ivory Coast ("Cdiscount Côte") (****)	-	28,94	-	30,62
Cdiscount Sénégal SAS ("Cdiscount Sénégal") (****)	-	28,94	-	30,62
Cdiscount Cameroun SAS ("Cdiscount Cameroun") (****)	-	28,94	-	30,62
CLatam AS Uruguay ("CLatam") (****)	-	23,84	-	25,21
Cdiscount Panama S.A. ("Cdiscount Panama") (****)	-	23,84	-	25,21
Cdiscount Uruguay S.A. ("Cdiscount Uruguay") (****)	-	23,84	-	25,21
Ecdiscoc Comercializadora S.A. (Cdiscount Ecuador) ("Ecdiscoc Comercializadora") (****)	-	23,83	-	25,21

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 3. Base de consolidação – Continuação

#### 3.1 Participação em controladas, subsidiárias e associadas – Continuação

Sociedades	Participação nos investimentos - %			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Companhia	Participação indireta	Companhia	Participação indireta
<b>Associadas</b> – Continuação				
Financière MSR SAS ("Financière") (****)	-	-	-	36,02
Cdiscount Colombia SAS ("Cdiscount Colombia") (****)	-	-	-	18,38
C-Distribution Asia Pte. Ltd. Singapore ("C-Distribution Asia") (****)	-	-	-	21,61
C Distribution Thailand Ltd. ("C Distribution Thailand") (****)	-	-	-	15,13
E-Cavi Ltd Hong Kong ("E-Cavi") (****)	-	-	-	17,29
Cdiscount Vietnam Co Ltd. ("Cdiscount Vietnam") (****)	-	-	-	17,29
Monconerdec.com (Cdiscount Moncorner Deco) ("Monconerdec.com") (****)	-	-	-	27,18
Cdiscount Moncorner ("Cdiscount Moncorner") (****)	-	-	-	35,80
3W Santé SAS ("3W Santé") (****)	-	-	-	33,18
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	-	41,93	-	41,93
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	21,67	-	21,67
FIC Promotora de Vendas Ltda. ("FIC Promotora")	-	41,93	-	41,93

(\*) Vide nota explicativa nº1.3.1

(\*\*) Empresas vendidas em 2016 (vide nota explicativa nº1.3.2)

(\*\*\*) Empresas cujos saldos estão classificados como "mantido para venda e operações descontinuadas" (vide nota explicativa nº35)

(\*\*\*\*) Empresas que deixaram de ser consolidadas em outubro de 2016 (vide nota explicativa nº35)

(\*\*\*\*\*) Operação encerrada em novembro de 2016

Nas demonstrações financeiras individuais, as participações são calculadas considerando o percentual detido pelo GPA ou suas subsidiárias. Nas demonstrações financeiras consolidadas, a Companhia consolida integralmente todas as suas controladas, mantendo a participação dos não controladores destacada em linha específica no patrimônio líquido.

Em algumas subsidiárias a Companhia tem ações abaixo de 50% de participação total (ordinárias mais preferenciais), no entanto, detém maioria de voto por meio de ações ordinárias para acordo de acionistas que permite a consolidação.

#### 3.2 Subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a Companhia exerce controle, direto ou indireto. A determinação de quais subsidiárias são controladas pela Companhia e os procedimentos para consolidação integral seguem os conceitos e princípios estabelecidos pelo CPC 36 (R3)/IFRS 10.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento dos exercícios da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre as empresas do Grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre as empresas do Grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 3. Base de consolidação – Continuação

### 3.3 Associadas

Os investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial, por se tratar de uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle, uma vez que (a) é parte do acordo de acionistas, indicando uma parcela dos administradores e tendo direito de veto em certas decisões relevantes; e (b) o poder sobre as decisões operacionais e financeiras. As associadas em 31 de dezembro de 2016 são: i) BINV (não operacional) e FIC comandadas pelo Itaú Unibanco S.A. ("Itaú Unibanco") e ii) Cnova N.V. que detém principalmente o investimento na empresa de comércio eletrônico na França denominada Cdiscount.

As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	FIC	
	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante	4.060	3.894
Ativo não circulante	43	38
Ativo total	4.103	3.932
Passivo circulante	3.050	3.070
Passivo não circulante	15	15
Patrimônio líquido	1.038	847
Total passivo e patrimônio líquido	4.103	3.932
	31.12.2016	31.12.2015
<u>Demonstração do resultado:</u>		
Receitas	1.118	1.118
Resultados operacionais	386	370
Lucro líquido do exercício	236	226

O cálculo do investimento da FIC considera o patrimônio líquido da investida deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco.

	Cdiscount	
	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante	1.457	2.596
Ativo não circulante	501	766
Ativo total	1.958	3.362
Passivo circulante	1.948	3.340
Passivo não circulante	70	103
Patrimônio líquido	(60)	(81)
Total passivo e patrimônio líquido	1.958	3.362
	31.12.2016	31.12.2015
<u>Demonstração do resultado:</u>		
Receitas	7.187	6.599
Resultados operacionais	(146)	(331)
Prejuízo do exercício	(224)	(319)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis

### 4.1 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia ou suas subsidiárias assumem direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos nos quais são parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia e/ou suas subsidiárias assumem obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros, mensurados pelo custo amortizado, são mensurados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial pela taxa de juros efetiva. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas, quando incorridas, na demonstração de resultado do exercício como receitas e despesas financeiras.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pelo não recebimento de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia e suas subsidiárias não conseguirão receber todos os montantes a vencer com base em suas datas de vencimento. Para o cálculo, a Companhia considera o histórico de perdas, informações estatísticas históricas, *aging* dos valores a receber e a avaliação da probabilidade de deterioração adicional da carteira, levando em consideração fatores macroeconômicos e de mercado. Quando o recebimento das contas a receber é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica de despesas com vendas na demonstração de resultado do exercício.

A nota explicativa nº18 contém informações adicionais sobre os instrumentos financeiros e detalhes sobre o modo como são mensurados.

#### (i) *Ativos financeiros*

##### Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas subsidiárias, que estão no escopo do CPC 38 (IAS 39), são classificados de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos ou contratados, nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) disponível para venda, e (iv) investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia e suas subsidiárias definem a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do exercício. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Reconhecimento inicial e mensuração - Continuação

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia e suas subsidiárias comprometem-se a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

##### Mensuração subsequente

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo e são mensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício, usando o método da taxa de juros efetiva.
- Disponível para venda: não atendem aos critérios de classificação nas demais categorias. São avaliados pelo valor justo, porém com ajuste reconhecido em conta destacada do patrimônio líquido.

##### Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa.
- A Companhia e suas subsidiárias transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Desreconhecimento de ativos financeiros – Continuação

Quando a Companhia e suas subsidiárias cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas subsidiárias.

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros

No encerramento dos exercícios, a Companhia e suas subsidiárias verificam se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo (“evento de perda”), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Especificamente em relação aos empréstimos e recebíveis, a Companhia e suas subsidiárias, primeiramente, verificam se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia e suas subsidiárias determinem a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não – a Companhia e suas subsidiárias o classificam em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão incluídos na avaliação coletiva da perda.

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do exercício. A receita de juros é registrada nas demonstrações financeiras como parte das receitas financeiras. No caso de empréstimos ou investimentos mantidos até o vencimento com taxa de juros variável, a Companhia e suas subsidiárias mensuram a não recuperação com base no valor justo do instrumento adotando um preço de mercado observável.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.1 Instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Ativos financeiros – Continuação

##### Perda do valor recuperável de ativos financeiros - Continuação

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

#### (ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como: valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros, designados como instrumentos de *hedge*, em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A Companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia e suas subsidiárias incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, financiamento por compra de ativos e instrumentos financeiros derivativos.

##### Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa dos passivos e pelo processo de amortização, segundo o método da taxa de juros efetiva.

##### Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

##### Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.2 Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data em que a transação se qualifica para reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

### 4.3 Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, há a classificação como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

São registrados como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício.
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os *swaps* são mensurados por meio de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento. A taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira é desenvolvida por meio das curvas DDI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela BM&FBovespa e, para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo em até 90 dias a partir da data da aplicação.

### 4.5 Contas a receber

São registradas e mantidas nos balanços pelos valores das vendas e deduzidas das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, que é constituída com base no histórico de perdas e na análise de risco da totalidade da carteira de clientes e respectiva probabilidade de recebimento.

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros - "TEJ", deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do exercício. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício.

A cada fechamento dos balanços, a Companhia e suas subsidiárias avaliam se os ativos ou grupos de ativos financeiros apresentaram perda de seu valor recuperável.

As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de clientes baseiam-se em um histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, além da avaliação de eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança de consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber.

Os valores a receber são considerados incobráveis e, portanto, baixados da carteira de contas a receber, quando o pagamento não é efetuado após 180 dias da data do vencimento.

### 4.6 Estoques

São contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.7 Bonificação

As bonificações recebidas de fornecedores são mensuradas e reconhecidas com base nos contratos e acordos assinados, e registradas ao resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos.

Compreendem acordos por volume de compras, logística e negociações pontuais para recomposição de margem, reembolso de despesas, entre outros, e são registradas como redutoras dos saldos a pagar aos respectivos fornecedores, quando contratualmente a Companhia possui o direito de liquidar os passivos com fornecedores líquidos dos valores a receber de bonificações.

### 4.8 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos de longo prazo são ajustados ao seu valor presente, calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Ativos e passivos de curto prazo não são ajustados a valor presente.

### 4.9 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação (*impairment test*) tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia e suas subsidiárias.

Anualmente a Companhia e suas subsidiárias efetuam o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC, exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia (WACC) que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Principais políticas contábeis – Continuação

#### 4.10 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

<b>Categoria dos ativos</b>	<b>Taxa média de depreciação anual</b>
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,17%
Equipamentos de processamento de dados	21,14%
Software	10,31%
Instalações	8,27%
Móveis e utensílios	10,63%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	9,31%
Decoração	20,00%

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado e intangível no exercício de 2016 e concluiu que não há alterações a realizar neste exercício.

#### 4.11 Capitalização de juros

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data da entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

#### 4.12 Propriedade para investimentos

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo histórico, (incluindo custos da transação), líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando deixam de ser permanentemente utilizadas e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. Uma propriedade para investimento também é transferida quando há intenção de venda e nesse caso é classificada como ativo não circulante mantido para venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado do exercício quando efetivada a baixa.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.13 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de software, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente software adquiridos de terceiros, software desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de software reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 a 10 anos) de acordo com a taxa de amortização descrita no quadro citado anteriormente, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicável, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

### 4.14 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como “não circulantes”, líquidos por entidade legal, conforme prevê o correspondente pronunciamento contábil.

### 4.15 Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não-circulantes e grupos de ativos são classificados como mantido para venda se o valor contábil será recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, o prazo estimado para que a venda seja completada deve estar dentro de um ano.

Quando a Companhia está comprometida para um plano de venda envolvendo a perda de controle de uma subsidiária, todos os ativos e passivos desta subsidiária são classificados como mantidos para venda quando o critério acima é atingido, independente se a Companhia reterá participação como não-controladora em sua antiga subsidiária após a venda. Adicionalmente, o resultado líquido da entidade avaliada como mantida para venda são reclassificados como operação descontinuada em uma única linha do resultado.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.15 Ativos não circulantes mantidos para venda – Continuação

Após completada a venda, a Companhia considera qualquer participação remanescente na associada, ou entidade sobre controle conjunto, de acordo com o IAS 39, a menos que a parcela retida pela Companhia faça com que a empresa continue a ser uma associada, ou entidade sob controle conjunto, que neste caso a Companhia utiliza a equivalência patrimonial.

Ativos não-circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado menos custo de venda.

### 4.16 Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendatárias

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia e suas subsidiárias substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa do exercício.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia e suas subsidiárias obterão a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor, considera-se também as capitalizações de melhorias e reformas efetuadas nas lojas.

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

#### A Companhia e suas subsidiárias como arrendadoras

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos exercícios em que são auferidos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas subsidiárias têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia e suas subsidiárias têm a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. Para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia e suas subsidiárias têm como política o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas, sendo divulgados nas notas explicativas os montantes envolvidos para as causas ainda não finalizadas.

### 4.18 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

### 4.19 Receitas a apropriar

As receitas a apropriar são registradas pela Companhia e suas subsidiárias como passivo pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do exercício pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias para os parceiros comerciais.

### 4.20 Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

No caso de aquisição de ações da própria Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanecem registradas como ações em tesouraria até que as ações sejam canceladas ou recolocadas no mercado. Quando essas ações são posteriormente realocadas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

### 4.21 Pagamento com base em ações

Os empregados e administradores da Companhia (incluindo suas subsidiárias) podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

#### *Operações liquidadas com ações*

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia e de suas subsidiárias do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.21 Pagamento com base em ações – Continuação

A despesa ou receita referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (vide nota explicativa nº30).

### 4.22 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o exercício e as ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- Numerador: lucro do exercício ajustado pelos efeitos dilutivos de opções concedidas por subsidiárias.
- Denominador: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia e de suas subsidiárias somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

### 4.23 Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas uma vez que for provável que a Companhia e suas subsidiárias receberão benefícios econômicos e for possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia e suas subsidiárias avaliam seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia e suas subsidiárias concluíram que atuam na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, exceto os que se referem a intermediação de vendas de garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros, entre outros. Nesse caso especificamente, a Companhia e suas subsidiárias atuam como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.23 Apuração do lucro líquido – Continuação

#### (i) *Receita*

##### a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo e quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia e suas subsidiárias deixam de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia e suas subsidiárias são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

##### b) Receita de prestação de serviços

Pela atuação da Companhia e suas subsidiárias como estipulantes nas apólices de seguro de garantia estendida, seguro de proteção financeira, seguro de acidentes pessoais, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíam para a Companhia e suas subsidiárias e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

##### c) Receita de serviços financeiros

Como a atividade de financiamento ao consumidor faz parte e torna-se fundamental para a condução dos negócios da Companhia e suas subsidiárias, para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo. A receita de juros é incluída na rubrica de serviços financeiros, compondo o lucro bruto, na demonstração do resultado do exercício.

##### d) Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

##### e) Receita de permuta

As receitas são reconhecidas: (i) no momento de conclusão da permuta dos terrenos de propriedade do GPA M&P pelo valor justo da contraprestação recebida na data da permuta; (ii) pela entrega das unidades vendidas pelo GPA M&P. O custo das unidades vendidas compreende o valor justo da permuta inicialmente reconhecida.

##### f) Devoluções e cancelamentos

As devoluções e cancelamentos são reconhecidos quando a venda é incorrida, as estimativas são baseadas nos volumes de vendas e histórico de devoluções em cada segmento de negócio. A receita é contabilizada líquida das devoluções e cancelamentos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.23 Apuração do lucro líquido – Continuação

#### (ii) *Custo das mercadorias vendidas*

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e das bonificações recebidos de fornecedores, das variações nos estoques e dos custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia e por suas subsidiárias, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

#### (iii) *Despesas com vendas*

As despesas com vendas compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, etc.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias para cada segmento em que o Grupo atua. Os principais meios de comunicação utilizados pelo Grupo são: rádio, televisão, jornais e revistas, tendo seus valores de bonificação reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização, líquidos dos valores recebidos de fornecedores, em cooperação.

#### (iv) *Despesas gerais e administrativas*

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

#### (v) *Outras despesas operacionais líquidas*

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não usuais ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do exercício.

#### (vi) *Resultado financeiro – despesas financeiras*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.24 Tributação

#### *Imposto de renda e contribuição social correntes*

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao exercício atual e a exercícios anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

#### *Imposto de renda e contribuição social diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todas as diferenças temporárias dedutíveis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referentes a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos somente se forem prováveis que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável do qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para aplicação no exercício em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor no encerramento dos exercícios.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.24 Tributação – Continuação

#### *Outros impostos*

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e ao Imposto sobre Serviços - ISS, calculados com base nas alíquotas vigentes em cada região, e à contribuição para o Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e são apresentados líquidos da receita de vendas.

As receitas e despesas são reconhecidas líquidas do valor do imposto, exceto quando o imposto sobre vendas, incidente sobre uma compra de ativos ou serviços, não é recuperável com a autoridade fiscal, nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso.

### 4.25 Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes.

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das UGCs da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida forem atribuídos a essas UGCs.

Em casos nos quais o ágio faça parte de uma UGC e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da UGC que foi mantida.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.26 Contabilização de participações societárias a custo, decorrentes de reestruturações societárias e efetuadas com partes relacionadas

A Companhia contabiliza a custo histórico as participações decorrentes de reestruturações societárias adquiridas de partes relacionadas. A diferença entre o saldo do custo e o valor adquirido é registrada no patrimônio líquido, quando a transação é feita entre empresas sobre controle comum. As transações não se qualificam como combinação de negócios nos termos do CPC 15(R1)/ IFRS 3.

### 4.27 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da controladora. Cada entidade determina sua moeda funcional e todas suas transações financeiras são mensuradas naquela moeda.

As demonstrações financeiras das subsidiárias localizadas em outros países que usam uma moeda funcional diferente da controladora são traduzidas para reais, na data do balanço, de acordo com o seguinte critério:

- Ativos e passivos, incluindo ágio e ajustes de valor de mercado, são traduzidos em reais à taxa de câmbio da data do balanço.
- Demonstração do resultado e demonstração dos fluxos de caixa são traduzidas em reais utilizando a taxa média, exceto se variações significativas ocorrerem, quando então é utilizada a taxa da data da transação.
- Contas de patrimônio líquido são mantidas ao saldo histórico em reais e a variação é registrada na rubrica de ajustes de avaliação patrimonial como outros resultados abrangentes.

As diferenças de variações cambiais são reconhecidas diretamente em um componente separado do patrimônio líquido. Quando uma operação estrangeira é vendida, o valor acumulado de ajuste de variação cambial no patrimônio líquido é lançado para o resultado do exercício.

Efeitos da conversão do investimento em uma operação estrangeira são reconhecidos em componentes separados do patrimônio líquido e reclassificados ao resultado do exercício quando da baixa do investimento.

Transações em moedas estrangeiras (ou seja, transações em moeda diferente da moeda funcional da entidade) são traduzidas por reais usando a taxa de conversão na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos à taxa de fechamento e a variação cambial resultante é registrada no resultado financeiro. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos à taxa da transação.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4. Principais políticas contábeis – Continuação

### 4.28 Programas de fidelidade do cliente

São utilizados pela Companhia e por suas subsidiárias para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia e suas subsidiárias concedem créditos para ele. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços, em compras subsequentes.

A Companhia e suas subsidiárias estimam o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade “Programa Mais” e “Clube Extra”, aplicando técnicas estatísticas e considerando o prazo de dois anos de vencimento dos pontos. Conforme definido no regulamento, os cálculos de conversão de pontos em descontos e do custo de conversão dos pontos iniciam pela conversão de 3.000 pontos por R\$20,00 (vinte reais) e 750 pontos por R\$5,00 (cinco reais) em produtos para os planos de fidelidade “Programa Mais” e “Clube Extra”, respectivamente.

A Companhia e suas subsidiárias reconhecem os pontos inicialmente concedidos e a reversão de pontos expirados na receita líquida.

### 4.29 Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pelo Grupo e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A referida demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia e suas subsidiárias, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as demais receitas e os efeitos das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes

#### 5.1 Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2016, o GPA aplicou emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em ou a partir de 1º de janeiro de 2016. As principais alterações da Companhia são:

Pronunciamento	Descrição	Impacto
Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2012-2014	Mudanças às IFRS 5 - Situações de mantido para venda ou distribuição. IFRS 7 - Clarificação se um contrato de serviço representa envolvimento contínuo em um ativo transferido. IAS 9 - Considerações sobre a taxa de desconto do benefício pós-emprego e IAS 34.	Não houve impacto significativo com a adoção dessas normas.
Modificações às IAS 16 e IAS 38 - Clarificação dos métodos aceitáveis de depreciação e amortização	Clarifica que o uso de depreciação e amortização pela curva da receita é inapropriado.	Não houve impacto significativo com a adoção dessas normas.
Modificações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgações	Melhorias no que tange a aplicação do conceito de materialidade na prática.	Não houve impacto significativo com a adoção dessas normas.
Modificações às IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou <i>joint venture</i>	Requer reconhecimento no resultado nas demonstrações financeiras do investidor da venda ou contribuição que constitua um negócio (IFRS 3), e reconhecimento parcial no resultado na extensão que não constitui um negócio.	Não houve impacto significativo com a adoção dessas normas.
	Esclarece a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas envolvendo entidades de investimento.	Não houve impacto significativo com a adoção dessa norma.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Adoção de novos pronunciamentos, alterações e interpretações de pronunciamentos emitidos pelo IASB e CPC e normas publicadas ainda não vigentes – Continuação

#### 5.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Pronunciamento	Descrição	Aplicável a períodos anuais com início em ou após
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de <i>hedge</i> .	01/01/2018
IFRS 15 - Receita de Contrato com Clientes	Implementa um modelo com base em princípios. Um guia definido é dado em relação à quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações.	01/01/2018
IFRS 16 – Arrendamento mercantil	Requer uma nova avaliação dos arrendamentos tanto dos arrendadores ou dos arrendatários, substituindo o IAS 17. A definição de arrendamento financeiro desaparece, deixando exceções para arrendamentos de curto prazo e itens de valor baixo.	01/01/2019
IFRS 2 – Classificação e mensuração de remuneração baseada em ações	Entre outras mudanças descreve sobre as modificações de opções para liquidação em ações.	01/01/2018
Melhorias ao IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture	Em Caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou Joint Venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado	01/01/2018
IAS 7 – Iniciativas de melhorias das divulgações	Descreve sobre divulgações que habilitam usuários a avaliar mudanças em passivos relacionados a atividades de financiamento.	01/01/2017
IAS 12 – Reconhecimento de imposto de renda diferido para perdas não realizadas	Descreve sobre o tratamento de diferenças temporárias	01/01/2017

A Companhia está avaliando os impactos dos pronunciamentos anteriormente referidos, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção. Com exceção à “IFRS 15 – Receita de contrato com clientes” e “IFRS 16 – Arrendamento mercantil” que estão sendo avaliados pela Companhia. Em relação ao IFRS 16 são esperados efeitos significativos que estão em levantamento.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

### 6.1 Redução ao valor recuperável - *impairment*

Conforme método divulgado na nota explicativa nº4.9, a Companhia efetuou teste para verificar os ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, com base nos testes efetuados, não houve a necessidade de provisão.

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às UGCs (lojas). Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das UGCs com um múltiplo de venda (30% a 35%) representativo de transações entre empresas de varejo. Para as UGCs com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 3.
- Passo 2: para uma seleção das UGCs localizadas em imóveis próprios (lojas próprias), requeremos um laudo de avaliação elaborado por especialistas independentes e caso ainda permanecesse o indicativo de *impairment*, efetuaríamos os mesmos procedimentos utilizados para as UGCs de terceiros, conforme descrito no Passo 3.
- Passo 3: elaboração de fluxo de caixa descontado da UGC, utilizando crescimento de vendas entre 6,7% e 10% (6,7% e 8% em 31 de dezembro de 2015) para os próximos 5 anos. A taxa de desconto utilizada foi 12,4% variando para 11,6% nos períodos acima de 3 anos.

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio e as marcas adquiridos por meio de combinações de negócios e licenças com duração indefinida foi alocado às UGCs, que também são segmentos operacionais que divulgam informações. Os segmentos são: varejo, eletroeletrônico, atacado de autosserviços e comércio eletrônico.

O valor recuperável dos segmentos é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração para os próximos três anos. A taxa de desconto sobre a renda aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,4% variando para 11,6% nos períodos acima de 3 anos, e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são extrapolados utilizando uma taxa de crescimento de 6,5% para o varejo e para o atacado (8% em 31 de dezembro de 2015). Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

A marca de atacado de Autosserviços refere-se à “ASSAÍ”, e as marcas de eletroeletrônicos referem-se a “PONTO FRIO” e “CASAS BAHIA”. Essas marcas foram registradas por ocasião das combinações de negócio efetuadas com as empresas que detinham o direito sobre elas.

Os ativos líquidos totais da Via Varejo consolidados, incluindo Cnova Brasil, foram avaliados conforme descrito na nota explicativa nº35.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

### 6.2 Impostos sobre a renda

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios do Grupo, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas, ou as futuras alterações dessas premissas, podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia e suas subsidiárias constituem provisões, com base em estimativas razoáveis, para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável e os créditos tributários poderão ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais das operações continuadas resultaram em um benefício fiscal diferido de R\$112 em 31 de dezembro de 2016 (R\$232 em 31 de dezembro 2015). Para os casos em que não se consegue justificar a realização de benefícios, o potencial de crédito de imposto de renda e da contribuição social diferidos é baixado ou provisionado. Esses prejuízos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos. A nota explicativa nº20 fornece outros detalhes sobre impostos.

### 6.3 Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 38 (IAS 39), que determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e no encerramento dos exercícios.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o “benchmarking” do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas – Continuação

### 6.4 Pagamentos com base em ações

A Companhia mensura os custos das transações de funcionários elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e os modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa nº25.5.

### 6.5 Provisão para demandas judiciais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em diversos processos judiciais e administrativos (nota explicativa nº 22) e as provisões para as demandas judiciais são constituídas para todas as causas que representem expectativa de perdas prováveis e estimadas com certo grau de razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

### 6.6 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A subsidiária Via Varejo possui saldos a receber de vendas efetuadas por meio de carnês, cuja estimativa de perda é efetuada de acordo com um percentual esperado, que é obtido por meio da observação do comportamento das carteiras nos últimos meses e atualizado a cada fechamento contábil.

### 6.7 Tributos a recuperar

A Companhia e suas subsidiárias possuem saldos de impostos a recuperar principalmente relacionados a ICMS, ICMS de Substituição Tributária – ST, PIS e COFINS. A realização desses impostos é efetuada tendo como base as projeções de crescimento, questões operacionais e geração de débitos para consumo desses créditos pelas empresas do Grupo. Vide nota explicativa nº 11 para maiores detalhes dos créditos e sua compensação.

### 6.8 Estoques

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda, exceto pelo negócio de *e-commerce*, que não efetua esta alocação dos gastos aos estoques, cujo entendimento da aplicação é distinto. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Caixa e equivalentes de caixa

	Taxa	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e contas bancárias – Brasil		255	171	349	409
Caixa e contas bancárias – Exterior	(*)	66	-	66	131
Aplicações financeiras – Brasil	(**)	4.175	2.076	4.697	10.446
Aplicações financeiras – Exterior	1% a.a.	-	-	-	29
		<b>4.496</b>	<b>2.247</b>	<b>5.112</b>	<b>11.015</b>

(\*) Referem-se a recursos aplicados nos Estados Unidos, em dólares norte-americanos.

(\*\*) As aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, constituem, substancialmente, operações compromissadas, remuneradas pela média ponderada de 98,26% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e resgatáveis em prazos inferiores a 90 dias, contados da data da aplicação.

### 8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Administradoras de cartões de crédito (nota explicativa nº8.1)	178	94	241	664
Tickets de vendas	94	80	142	189
Financiamento ao consumidor - CDCI (nota explicativa nº8.2)	-	-	-	1.877
Contas a receber de clientes - negócio atacado	-	-	-	355
Cartão de crédito próprio	62	35	62	35
Contas a receber de partes relacionadas (nota explicativa nº12.2)	15	59	5	66
Contas a receber de fornecedores	48	119	95	164
Garantia estendida	-	-	-	211
Outras contas a receber	-	-	-	28
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8.3)	(1)	-	(2)	(379)
Circulante	<b>396</b>	<b>387</b>	<b>543</b>	<b>3.210</b>
Financiamento ao consumidor - CDCI (nota explicativa nº8.2)	-	-	-	111
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº8.3)	-	-	-	(13)
Não circulante	<b>396</b>	<b>387</b>	<b>543</b>	<b>3.308</b>

#### 8.1 Administradoras de cartões de crédito

A Companhia e suas subsidiárias, mediante estratégia de gerenciamento de caixa, vendem parte dos recebíveis, sem qualquer direito de regresso ou de obrigação relacionada.

#### 8.2 Financiamento ao consumidor - CDCI - Via Varejo

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI), que podem ser parcelados em até 24 meses, entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses. Sobre esses valores incidem juros previstos contratualmente, cuja receita é reconhecida pelo método de apropriação de juros, pela fluência do prazo.

A Via Varejo mantém contratos com instituições financeiras, nos quais é designada como interveniente dessas operações (vide nota explicativa nº17). O total do passivo em 31 de dezembro de 2016 é de R\$3.002 (R\$2.475 em 31 de dezembro de 2015) e está apresentada líquida de outros ativos na conta “ativos mantidos à venda e operações descontinuadas”.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Contas a receber – Continuação

#### 8.3 Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>No início do exercício</b>	-	-	<b>(392)</b>	(354)
Perdas/reversão registrada no exercício	<b>(10)</b>	(2)	<b>(609)</b>	(556)
Baixas de contas a receber	<b>9</b>	2	<b>561</b>	544
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 35)	-	-	<b>422</b>	-
Variação cambial	-	-	<b>16</b>	(26)
<b>No fim do exercício</b>	<b>(1)</b>	-	<b>(2)</b>	(392)
Circulante	<b>(1)</b>	-	<b>(2)</b>	(379)
Não circulante	-	-	-	(13)

A seguir apresentamos a composição do saldo consolidado de contas a receber pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos - Consolidado			
			<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
<b>31.12.2016</b>	<b>545</b>	<b>524</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>31.12.2015</b>	3.700	3.252	133	82	52	181

### 9. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Contas a receber referente à venda de ativo imobilizado	<b>6</b>	20	<b>6</b>	38
Verba cooperada com fornecedores	-	-	-	21
Adiantamento de aluguel	<b>3</b>	11	<b>3</b>	11
Valores a ressarcir	<b>29</b>	20	<b>29</b>	54
Contas a receber de seguradoras	<b>10</b>	17	<b>10</b>	17
Ressarcimento de frete	-	-	-	44
Aluguéis a receber	<b>60</b>	68	<b>61</b>	86
Contas a receber - Paes Mendonça (nota explicativa nº 9.1)	-	-	<b>532</b>	532
Contas a receber por venda de sociedades (nota explicativa nº 9.2)	<b>69</b>	52	<b>69</b>	105
Outras	<b>15</b>	12	<b>28</b>	92
	<b>192</b>	200	<b>738</b>	1.000
Circulante	<b>111</b>	133	<b>126</b>	375
Não circulante	<b>81</b>	67	<b>612</b>	625

#### 9.1 Contas a receber - Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são garantidas por direitos de locação comercial ("Fundo de Comércio") de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, Novasoc e Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento, que atualmente se encontra sob renovação tácita sob as mesmas condições anteriormente pactuadas e foram mantidas no ativo não circulante devido à possibilidade de sua conversão em fundo de comércio das lojas alugadas.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Outras contas a receber – Continuação

#### 9.2 Contas a receber por venda de sociedades

Contas a receber relacionadas ao exercício, pela contraparte, de opção para compra de postos de combustíveis. O valor original era de R\$50 atualizados monetariamente desde a assinatura do acordo em 28 de maio de 2012, por 110% do CDI, com pagamento previsto em 240 parcelas mensais. Em janeiro de 2016 foram vendidos mais 5 postos pelo valor de R\$8, em 120 parcelas à 110% do CDI.

### 10. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Lojas (nota explicativa nº10.1)	2.032	1.703	3.400	4.323
Centrais de distribuição (nota explicativa nº10.1)	1.115	1.139	1.255	4.627
Estoques de imóveis em construção (nota explicativa nº10.3)	-	-	61	165
Perdas com obsolescência e quebras (nota explicativa nº10.2)	(41)	(14)	(75)	(150)
	<b>3.106</b>	<b>2.828</b>	<b>4.641</b>	<b>8.965</b>

#### 10.1 Bonificações nos estoques e custos de armazenagem

A Companhia e suas subsidiárias apropriam ao resultado do exercício as bonificações recebidas de fornecedores e os custos das centrais de distribuição, uma vez que o estoque que deu origem às bonificações ou aos custos de armazenagem se realiza.

#### 10.2 Perdas com obsolescência e quebras

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>No início do exercício</b>	<b>(14)</b>	<b>(10)</b>	<b>(150)</b>	<b>(91)</b>
Adições	(60)	(14)	(208)	(129)
Baixas/reversões	33	10	164	72
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº 35)	-	-	118	-
Variação cambial	-	-	1	(2)
<b>No final do exercício</b>	<b>(41)</b>	<b>(14)</b>	<b>(75)</b>	<b>(150)</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Estoques – Continuação

#### 10.3 Estoques de imóveis em construção

O valor dos estoques de imóveis em construção refere-se às unidades imobiliárias em construção contabilizadas pelo seu valor justo, que foi calculado na transação de permuta de terreno por unidades imobiliárias, definido com base no valor de mercado das unidades imobiliárias recebidas, observado em transações comparáveis no mercado.

A transação refere-se às unidades imobiliárias dos empreendimentos Thera Faria Lima Pinheiros ("Thera"), Figue, Classic e Carpe Diem, mais uma loja construída no térreo do empreendimento Thera Faria Lima Pinheiros. A construção e a incorporação foram efetuadas pela Cyrela Polinésia Empreendimentos Imobiliários Ltda., Pitangueiras Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. e Hesa Investimentos Imobiliários Ltda. O empreendimento Thera iniciou em dezembro de 2011, e os empreendimentos Classic e Carpe Diem iniciaram em novembro de 2012, ambos os empreendimentos foram concluídos em 2016 e algumas unidades permanecem em estoque.

### 11. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Circulante				
ICMS (nota explicativa nº11.1)	132	78	184	481
PIS e COFINS (nota explicativa nº11.2)	315	224	358	372
Imposto de renda sobre aplicação financeira	38	22	45	32
Imposto de renda e contribuição social	71	15	80	34
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS	-	17	-	21
Imposto de valor agregado a recuperar – França	-	-	-	65
Outros	1	1	7	75
Total circulante	557	357	674	1.080
Não circulante				
ICMS (nota explicativa nº11.1)	304	412	361	2.256
PIS e COFINS (nota explicativa nº11.2)	23	-	60	5
INSS	194	122	211	206
Total não circulante	521	534	632	2.467
Total	1.078	891	1.306	3.547

#### 11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas visando à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica na antecipação do recolhimento do ICMS, de toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. O advento dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos se concretizará dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Tributos a recuperar – Continuação

### 11.1 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS – Continuação

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia e suas subsidiárias mantêm centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e suas subsidiárias e, então, as enviam para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia e suas subsidiárias o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, por meio de documentos fiscais e arquivos digitais, referente às operações realizadas que geraram para a Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo sujeitos à substituição tributária tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia e por suas subsidiárias. A Companhia e suas subsidiárias têm realizado referidos créditos com a autorização para compensação imediata em virtude de sua operação, pela obtenção de regime especial, e também pela obediência de outros procedimentos contidos em normativos estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

<u>Em</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até um ano	132	184
2018	112	134
2019	44	62
2020	53	70
2021	40	40
2022	44	44
2023	11	11
	<b>436</b>	<b>545</b>

A Companhia registra créditos de ICMS, todas as vezes que reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização, sendo reconhecido como redutor de “custo das mercadorias vendidas”.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11. Tributos a recuperar – Continuação

### 11.2 Crédito de PIS e COFINS

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes em que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações do mercado que fizeram parte da análise e iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados estes créditos.

Em 2016, reconhecemos créditos de PIS/COFINS calculados sobre os impostos sujeitos a substituição tributária que complementam o custo dos produtos para revenda de R\$641 (sendo R\$353 em operações descontinuadas e R\$288 em operações continuadas), e mantivemos em 2016 a aplicação de benefício fiscal (assim como em 2015) que reduziu a zero a alíquota do PIS/Cofins sobre a receita bruta de venda a varejo de determinados produtos eletrônicos (Lei do Bem ou MP 690/2014 convertida na Lei 13.241/15) no montante de R\$600, registrado como redutor dos impostos sobre vendas (sendo R\$567 em operações descontinuadas e R\$33 em operações continuadas).

## 12. Partes relacionadas

### 12.1 Remuneração da Administração e dos comitês de assessoramento

As despesas relativas à remuneração do pessoal da Alta Administração (diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração e os respectivos Comitês de assessoramento), que foram registradas na demonstração do resultado do exercício da Controladora em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Conselho de Administração (*)	7	4	-	-	-	-	7	4
Diretoria	26	34	17	13	23	5	66	52
	33	38	17	13	23	5	73	56

(\*) A remuneração dos comitês de assessoramento do Conselho de Administração (de Recursos Humanos e Remuneração, de Auditoria, Financeiro, de Desenvolvimento Sustentável e de Governança Corporativa) está inclusa nesta linha.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

#### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas

	Controladora													
	Saldos								Transações					
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b><u>Controlador:</u></b>														
Casino (i)	5	-	1	-	-	3	-	5	-	-	-	-	(64)	(76)
Wilkes Participações (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	(4)	(6)
Helicco Participações (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
<b><u>Controladas:</u></b>														
Novasoc Comercial	-	-	197	382	1	-	-	-	1	1	-	-	1	2
Sé Supermercados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	488	-	5	-	22
Sendas Distribuidora (*)	3	55	123	583	4	40	-	-	104	366	89	255	38	103
Barcelona	-	1	-	29	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Via Varejo (vii)	7	3	-	-	4	2	230	146	-	-	-	-	(181)	(5)
VVLOG Logística Ltda.	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	(1)	-
Cnova Brasil (viii)	-	-	4	22	-	-	-	-	-	-	-	-	84	35
Xantocarpa	-	-	-	15	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GPA M&P	-	-	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-
GPA Logística	-	-	19	23	17	20	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto Duque - Salim Maluf	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA - Santo André	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA – Império	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto Duque – Lapa	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posto GPA – Ciara	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bellamar	-	-	-	-	-	-	128	108	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>15</b>	<b>59</b>	<b>344</b>	<b>1.070</b>	<b>26</b>	<b>72</b>	<b>364</b>	<b>266</b>	<b>105</b>	<b>855</b>	<b>89</b>	<b>260</b>	<b>(128)</b>	<b>74</b>

(\*) Parte do acervo de Sendas foi incorporado em CBD, eliminando o saldo, conforme nota explicativa nº1.3.1.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

#### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

	Controladora													
	Saldos								Transações					
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Vendas		Compras		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b><u>Associadas:</u></b>														
FIC (iii)	-	-	14	-	14	7	-	1	-	-	-	-	55	28
<b><u>Outras partes relacionadas:</u></b>														
Administradores da Nova Pontocom (x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Instituto Grupo Pão de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(7)
Greenyellow do Brasil Energia e Serviços Ltda. ("Greenyellow") (iv) (*)	-	-	-	-	-	-	146	-	-	-	-	-	(26)	(8)
Outros	-	-	1	6	-	1	-	1	-	-	-	-	(2)	(3)
<b>Subtotal</b>	-	-	15	6	14	8	146	2	-	-	-	-	26	14
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>59</b>	<b>359</b>	<b>1.076</b>	<b>40</b>	<b>80</b>	<b>510</b>	<b>268</b>	<b>105</b>	<b>855</b>	<b>89</b>	<b>260</b>	<b>(102)</b>	<b>88</b>

(\*) Valor referente à aquisição de produtos e serviços visando a eficiência energética da Companhia.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Partes relacionadas – Continuação

#### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

	Consolidado									
	Clientes		Outros ativos		Fornecedores		Outros passivos		Receitas (despesas)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
<b><u>Controlador:</u></b>										
Casino (i)	5	8	1	-	-	23	-	86	(64)	(76)
Distribution Casino France (xii)	-	32	-	-	-	28	-	-	-	-
Wilkes Participações (v)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)
Euris (i)	-	-	-	-	-	-	1	2	(4)	(6)
Helicco Participações (i)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	-
Exito(ii)	-	2	-	-	-	24	-	-	-	-
<b><u>Controladas:</u></b>										
Casino Finance International S.A. ("Polca Empréstimos") (xi)	-	-	-	-	-	-	-	364	-	-
C'est chez vous Societé en Nom Collectif ("C'chez Vous") (xii)	-	7	-	-	-	37	-	-	-	-
EMC Distribution Societé par Actions Simplifiée ("EMC") (xii)	-	-	-	-	-	43	-	-	-	-
Big C Supercenter S.A. ("Big C-Thailandia)	-	2	-	-	-	2	-	39	-	-
Easydis Societé par Actions Simplifiée ("Easydis") (xii)	-	-	-	-	-	58	-	-	-	-
Franprix-Leader Price Holding AS	-	12	-	-	-	6	-	-	-	-
Outros	-	3	1	-	-	4	-	69	-	1
<b><u>Coligadas:</u></b>										
FIC (iii)	-	-	14	10	14	9	-	3	55	34
<b><u>Outras partes relacionadas:</u></b>										
Casas Bahia Comercial Ltda. (ix) (*)	-	-	-	291	-	-	-	-	-	-
Administradores da Nova Pontocom (x)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
Instituto Grupo Pão de Açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(7)
Viaw Consultoria Ltda. (vi)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1)	(3)
Greenyellow (iv)	-	-	-	-	-	-	146	-	(26)	(10)
Outros	-	-	1	8	-	1	-	-	(1)	-
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>66</b>	<b>17</b>	<b>309</b>	<b>14</b>	<b>235</b>	<b>147</b>	<b>563</b>	<b>(43)</b>	<b>(64)</b>

(\*) Saldos de partes relacionadas de Via Varejo estão na linha de "mantidos à venda e operações descontinuadas", conforme nota explicativa nº35

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Partes relacionadas – Continuação

### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

As operações com partes relacionadas são resultado, principalmente, de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordados entre as partes. As principais operações são:

- (i) *Casino: Cost Sharing Agreement*: celebrado entre a Companhia, Helicco Participações Ltda., Foncière Euris e Casino, Guichard-Perrachon S.A. em 10 de agosto de 2014 para regular o reembolso pela Companhia de despesas incorridas pelas empresas do Grupo Casino decorrentes de atividades que envolvem a transferência de *know-how* à Companhia para apoiar o seu desenvolvimento.

*Agency Agreement*: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Groupe Casino Limited em 25 de julho de 2016 para regular a prestação de serviços de *global sourcing* (prospecção de fornecedores globais e intermediação de compras) pelo Casino.

*Cost Reimbursement Agreement*: celebrado entre a Companhia e Casino, Guichard-Perrachon S.A. em 25 de julho de 2016 para regular o reembolso pela Companhia de despesas de colaboradores franceses (expatriados) da Companhia relativas a contribuições sociais francesas pagas por Casino na França.

*Reimbursement Agreement*, celebrado entre a Companhia, Casino, Guichard-Perrachon S.A. e Via Varejo para regular o reembolso pela Companhia e Via Varejo além do reembolso de parte dos custos de IPO da Cnova N.V..

- (ii) *Éxito: Agreement on Establishment of Business Relations*: celebrado entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A., Éxito, Supermercados Disco del Uruguay S.A., Devoto Hnos S.A., Libertad S.A., Odaler S.A. e Ameluz S.A. em 27 de julho de 2016 para regular a prospecção de fornecedores de seus países de origem para estabelecimento de novas relações comerciais. As operações de 2015 referem-se à saldos mantidos com Cdiscount.

*Commercial Agreement* celebrado entre a Companhia e Éxito em 27 de julho de 2016 para regular a implementação de processos de sinergias entre as operações das sociedades.

- (iii) *FIC*: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. no acordo de associação celebrado entre a Companhia e o Itaú, dentre os quais: (i) serviços de correspondente bancário no Brasil; (ii) acordo de indenização em que FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma a outra por contingências de suas responsabilidades; (iii) contrato de licença de software pela FIC à Companhia para oferta dos serviços; e (iv) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.
- (iv) *Greenyellow*: celebração do Contrato Guarda Chuva de Eficiência Energética entre a Companhia, Sendas Distribuidora S.A. e Greenyellow em 8 de maio de 2015 para regular a prestação de serviços pela Greenyellow de soluções de eficiência energética nos estabelecimentos da unidade de negócios multivarejo da Companhia.
- (v) *Wilkes*: celebração do Termo de Garantia firmado entre a Companhia e Wilkes em 6 de julho de 2009 para regular a cobrança de comissão paga pela Companhia pela prestação de fiança em contratos financeiros da Companhia.
- (vi) *Viaw Consultoria Ltda*: celebração do Instrumento Particular de Prestação de Serviços celebrado entre a Companhia e a Viaw em 27 de setembro de 2013 para prestação de serviços de consultoria para redução de custos de telefonia.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 12. Partes relacionadas – Continuação

### 12.2 Saldos e transações com partes relacionadas – Continuação

Operações com partes relacionadas relativas a “mantidos à venda e operações descontinuadas”:

- (vii) *Via Varejo*: a entidade possui um saldo a pagar referente "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas demandas judiciais e reembolso de despesas reconhecidas a partir de 30 de junho de 2010 (vide ix), bem como contrato de comissão mercantil.
- (viii) *Nova Pontocom e Cnova*: valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como tesouraria, contabilidade, jurídico, entre outros, bem como de mútuos remunerados a 105% do CDI.
- (ix) *Casas Bahia Comercial Ltda.*: Conforme o "Primeiro Aditivo do Acordo de Associação", ao completar seis anos da data do fechamento da operação nele prevista, a saber, em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos para notificações de novas demandas judiciais que poderiam corresponder a perdas e danos indenizáveis de parte a parte. Adicionalmente, o "Primeiro Aditivo do Acordo de Associação" estabelece procedimentos para que sejam apuradas, com base na referida data, as contingências potenciais referentes aos processos judiciais em andamento, com objetivo de retenção de garantias suficientes para assegurar o reembolso da Companhia por perdas, caso venham a ser incorridas. A obrigação de indenizar sobrevive até a solução, em definitivo, das contingências potenciais. Este rito contratual vem sendo seguido pela Via Varejo com vistas a preservar os seus direitos previstos no acordo firmado entre as partes. O saldo da rubrica "Contas a receber" é liquidado pelas partes periodicamente e o saldo em aberto refere-se substancialmente a reembolso de despesas e contingências. No exercício de 2015, a Via Varejo, em conjunto com CB, revisou determinados itens e concluiu que não havia elementos suficientes para requerer indenização por CB com relação a tais itens. Portanto foi revertido R\$32 do contas a receber para o resultado do exercício. Adicionalmente, a Via Varejo e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 307 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da CB.
- (x) *Administradores da Nova Pontocom*: em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA. O saldo foi quitado em 2015 com entrega de ações da Cnova Comércio Eletrônico a valor de mercado.
- (xi) *Polca*: Entidade do Grupo Casino, que possui um acordo de centralização de caixa com as entidades do Grupo Cdiscount. O saldo de caixa é remunerado pela taxa *Euro OverNight Index Average – EONIA*, além de 0,5% anuais sobre o saldo de caixa remanescente, seja em favor da Polca ou do Grupo Cdiscount.
- (xii) *Cdiscount*: A Cdiscount tem empréstimos a pagar e a receber com Casino Guichard Perrachon e outras entidades do Grupo Casino. Adicionalmente, a Cdiscount possui no seu saldo de contas a receber e a pagar transações com entidades do grupo Casino, como compra e venda de produtos (Exito e Distribution Casino France), negociação centralizada com fornecedores (IRTS), logística (Easydis), entrega a domicílio (Cchez Vous) e centralização de compras (EMC). Devido a perda de controle da Cdiscount em outubro de 2016, esses saldos não estão classificados como partes relacionadas em 2016, mas apenas em 2015 quando ainda era consolidada.

Em 2016, Via Varejo consolidada possui saldo a pagar relacionado à compra do direito de operação de certos seguros com FIC de R\$64; e a receber de Casa Bahia Comercial de R\$334, relacionados, principalmente, a ativo indenizatório. No resultado combinado de Via Varejo e Cnova Brasil, o saldo de despesas com FIC é de R\$24 (R\$45 em 31 de dezembro 2015), despesa com Casa Bahia Comercial de R\$276 (R\$289 em 31 de dezembro 2015), despesa com Cnova N.V. de R\$54 (R\$31 em 31 de dezembro de 2015) e despesas com Cnova Finança B.V. de R\$8 (R\$3 em 31 de dezembro de 2015). Esses saldos estão considerados na linha de “ativos mantidos à venda e operações descontinuadas”.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Investimentos em controladas e associadas

### 13.1 Composição dos investimentos

Controladora												
	Sé	Sendas	Novasoc	Via Varejo	Nova Pontocom	NCB (*)	Luxco	Barcelona	Bellamar	GPA M&P	Outros	Total (***)
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	2.806	1.709	144	1.862	83	507	6	690	286	178	17	8.288
Equivalência patrimonial	13	142	29	6	(107)	(6)	(152)	102	81	15	7	130
Dividendos a receber	-	(503)	-	-	-	-	-	(24)	-	(74)	-	(601)
Remuneração com base em ações	-	1	1	4	-	-	-	2	-	1	-	9
Incorporação (nota explicativa nº1.2.1 e nº13.1 (i))	(2.710)	-	-	-	9	-	(35)	-	-	-	-	(2.736)
Ágio (nota explicativa nº15)	(109)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(109)
Variação cambial	-	-	-	(21)	(59)	-	5	-	-	-	-	(75)
Outras movimentações (**)	-	-	-	(7)	74	-	(100)	-	-	-	-	(33)
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	-	1.349	174	1.844	-	501	(276)	770	367	120	24	4.873
Equivalência patrimonial	-	259	(6)	(39)	-	(6)	(286)	29	76	4	(1)	30
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	-	(140)	-	(1)	-	-	-	-	-	(32)	-	(173)
Remuneração com base em ações	-	3	-	3	-	-	-	1	-	1	-	8
Aumento de capital com imobilizado	-	61	-	-	-	-	-	-	-	-	-	61
Incorporação (nota explicativa nº1.3.1 (ii))	-	800	-	-	-	-	-	(800)	-	-	-	-
Cisão (nota explicativa nº1.3.1 (iii))	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(21)	(21)
Variação cambial	-	-	-	22	-	-	66	-	-	-	-	88
Outras movimentações (**)	-	-	-	3	-	-	1	-	-	-	-	4
Reorganização societária (vide nota explicativa nº35)	-	-	-	(605)	-	-	473	-	-	-	-	(132)
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 35)	-	-	-	(1.227)	-	(495)	-	-	-	-	-	(1.722)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	-	2.330	168	-	-	-	(22)	-	443	93	2	3.014

(\*) No caso da NCB, o valor de investimento refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócios. Para a Via Varejo, os efeitos a valor justo foram considerados em conjunto com o investimento contábil detido nesta subsidiária.

(\*\*) Inclui os efeitos de outros resultados abrangentes no caso da controlada Nova Pontocom e Luxco.

(\*\*\*) Inclui os efeitos de passivo a descoberto sobre o investimento na Luxco, no montante de R\$22.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

	Consolidado				
	FIC	BINV	Luxco	Outros	Total
<b>Saldos em 31.12.2014</b>	373	21	-	7	401
Equivalência patrimonial – Operações continuadas	81	-	-	-	81
Equivalência patrimonial – Operações descontinuadas	32	(1)	-	-	31
Baixas	-	-	-	(7)	(7)
Dividendos	(125)	-	-	-	(125)
Variação cambial	-	-	-	1	1
<b>Saldos em 31.12.2015</b>	361	20	-	1	382
Equivalência patrimonial – Operações continuadas	76	-	(16)	-	60
Equivalência patrimonial – Operações descontinuadas	29	1	-	-	30
Dividendos	(28)	-	-	-	(28)
Outras movimentações	-	-	(9)	-	(9)
Variação cambial	-	-	5	-	5
Reorganização societária (vide nota explicativa nº35)	-	-	7	-	7
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº 35)	(123)	(21)	(9)	-	(153)
<b>Saldos em 31.12.2016</b>	315	-	(22)	1	294

#### (i) Reorganização societária e de dívida Nova Pontocom

Em AGE, realizada em 22 de dezembro de 2015, foi aprovada a incorporação da subsidiária Nova *Holding* pela Companhia, com objetivo de unificação das atividades e da administração. A Nova *Holding* tinha função de *holding* do negócio de *e-commerce* do Grupo. Essa unificação resultará na obtenção de benefícios de natureza patrimonial e financeira e otimizará a estrutura societária do Grupo.

Os efeitos no balanço de 31 de dezembro de 2015 da controladora, como resultado da incorporação, estão sumariados no quadro a seguir. Não houve alteração nas demonstrações financeiras consolidadas, nem impactos na demonstração do resultado nas demonstrações financeiras individuais:

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Investimentos em controladas e associadas – Continuação

#### 13.1 Composição dos investimentos – Continuação

##### (i) Reorganização societária e de dívida Nova Pontocom – Continuação

<u>Ativo</u>	<u>31.12.2015</u>
Outras contas a receber	3
Impostos a recuperar	29
Total do ativo circulante	32
Outras contas a receber	
Impostos a recuperar	262
Partes relacionadas	2
Investimento	(65)
Total do ativo não circulante	199
Total do ativo	231
<u>Passivo</u>	
Partes relacionadas	226
Outras contas a pagar	5
Total do passivo circulante	231
Total do passivo	231
Acervo líquido incorporado	-

- (ii) O Casino iniciou em 27 de dezembro de 2016 uma oferta de aquisição de todas as ações ordinárias em circulação na *Nasdaq Global Select Market* e *Euronext*, de nossa investida Cnova N.V.. As demais subsidiárias do CASINO, incluindo GPA, detentoras de 10,37% do capital de Cnova não participarão da oferta.

A oferta se dará ao valor de US\$5,50 por ação líquida aos detentores das ações, sem juros e menos qualquer imposto retido aplicável. Com o fechamento da oferta em 31 de janeiro de 2017, o Casino possui, direta e indiretamente, 98,88% das ações totais e 99,41% dos direitos de voto.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado

	Controladora												
	Saldo em: 31.12.2014	Adições	Depre- ciação	Baixas	Incorpo- ração (*)	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2015	Adições	Depre- ciação	Baixas	Incorpo- ração (**)	Transfe- rências	Saldo em: 31.12.2016
Terrenos	1.213	9	-	(16)	61	5	1.272	-	-	(1)	-	(10)	1.261
Edifícios	1.853	4	(60)	(1)	3	-	1.799	4	(55)	(22)	18	(133)	1.611
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.635	10	(131)	(23)	101	266	1.858	23	(169)	(45)	301	258	2.226
Máquinas e equipamentos	806	211	(145)	(11)	31	-	892	165	(161)	(19)	150	20	1.047
Instalações	161	14	(17)	(1)	13	9	179	129	(23)	(4)	37	1	319
Móveis e utensílios	312	98	(47)	(2)	13	1	375	24	(57)	(3)	52	5	396
Veículos	17	4	(3)	(17)	2	-	3	1	(1)	(1)	1	-	3
Imobilizado em andamento	65	293	-	(3)	1	(283)	73	234	-	(6)	11	(199)	113
Outros	38	26	(15)	-	3	(2)	50	12	(14)	(3)	6	(6)	45
Total	6.100	669	(418)	(74)	228	(4)	6.501	592	(480)	(104)	576	(64)	7.021
<u>Arrendamento mercantil financeiro:</u>													
Equipamentos de informática	7	5	(5)	-	-	-	7	-	(3)	-	-	1	5
Edifícios	18	-	(1)	-	-	-	17	-	(1)	-	2	(1)	17
	25	5	(6)	-	-	-	24	-	(4)	-	2	-	22
Total	6.125	674	(424)	(74)	228	(4)	6.525	592	(484)	(104)	578	(64)	7.043

(\*) Vide nota explicativa nº1.2.1

(\*\*) Vide nota explicativa nº1.3.1 (iii)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado – Continuação

	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.261	-	1.261	1.272	-	1.272
Edifícios	2.555	(944)	1.611	2.759	(960)	1.799
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.685	(1.459)	2.226	3.208	(1.350)	1.858
Máquinas e equipamentos	2.345	(1.298)	1.047	2.005	(1.113)	892
Instalações	589	(270)	319	410	(231)	179
Móveis e utensílios	959	(563)	396	823	(448)	375
Veículos	9	(6)	3	10	(7)	3
Imobilizado em andamento	113	-	113	73	-	73
Outros	126	(81)	45	131	(81)	50
	<b>11.642</b>	<b>(4.621)</b>	<b>7.021</b>	<b>10.691</b>	<b>(4.190)</b>	<b>6.501</b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos de informática	38	(33)	5	38	(31)	7
Edifícios	41	(24)	17	34	(17)	17
	<b>79</b>	<b>(57)</b>	<b>22</b>	<b>72</b>	<b>(48)</b>	<b>24</b>
Total	<b>11.721</b>	<b>(4.678)</b>	<b>7.043</b>	<b>10.763</b>	<b>(4.238)</b>	<b>6.525</b>



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado – Continuação

	Consolidado												Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (*)	Saldo em: 31.12.2016
	Saldo em: 31.12.2014	Adi- ções	Depre- ciação (a)	Bai- xas	Trans- ferência	Varia- ção cambial	Saldo em: 31.12.2015	Adi- ções	Depre- ciação (b)	Bai- xas	Transfe- rência	Variação cambial		
Terrenos	1.449	9	-	(16)	22	-	1.464	-	-	(1)	36	-	(85)	1.414
Edifícios	2.047	42	(66)	(2)	2	-	2.023	48	(62)	(24)	(96)	-	(33)	1.856
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.182	344	(239)	(49)	437	-	3.675	213	(272)	(83)	441	-	(690)	3.284
Máquinas e equipamentos	1.605	380	(296)	(37)	23	1	1.676	295	(279)	(26)	35	(1)	(360)	1.340
Instalações	381	62	(45)	(6)	25	5	422	175	(47)	(7)	19	(5)	(124)	433
Móveis e utensílios	601	190	(90)	(14)	9	5	701	73	(90)	(5)	28	(3)	(161)	543
Veículos	121	8	(15)	(40)	1	-	75	1	(6)	(11)	-	-	(57)	2
Imobilizações em andamento	166	519	-	(4)	(510)	1	172	546	(1)	(11)	(450)	(2)	(50)	204
Outros	73	59	(30)	(1)	(4)	-	97	31	(27)	(9)	(7)	-	(22)	63
<b>Total</b>	<b>9.625</b>	<b>1.613</b>	<b>(781)</b>	<b>(169)</b>	<b>5</b>	<b>12</b>	<b>10.305</b>	<b>1.382</b>	<b>(784)</b>	<b>(177)</b>	<b>6</b>	<b>(11)</b>	<b>(1.582)</b>	<b>9.139</b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro:</u>														
Equipamentos	16	-	(3)	-	-	-	13	-	(2)	(2)	-	-	-	9
Hardware	26	24	(21)	-	2	-	31	5	(14)	-	-	-	(14)	8
Instalações	1	-	-	-	-	-	1	-	(1)	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	7	-	(1)	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-	6
Veículos	1	-	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	23	-	(1)	(1)	-	-	21	-	(1)	-	-	-	-	20
	74	24	(26)	(2)	2	-	72	5	(18)	(2)	-	-	(14)	43
<b>Total</b>	<b>9.699</b>	<b>1.637</b>	<b>(807)</b>	<b>(171)</b>	<b>7</b>	<b>12</b>	<b>10.377</b>	<b>1.387</b>	<b>(802)</b>	<b>(179)</b>	<b>6</b>	<b>(11)</b>	<b>(1.596)</b>	<b>9.182</b>

(\*) Vide nota explicativa nº35

a) Operações continuadas correspondentes à R\$(604) e Operações descontinuadas correspondentes à R\$(203)

b) Operações continuadas correspondentes à R\$(638) e Operações descontinuadas correspondentes à R\$(164)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Imobilizado – Continuação

	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	1.414	-	1.414	1.464	-	1.464
Edifícios	2.823	(967)	1.856	3.036	(1.013)	2.023
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4.926	(1.642)	3.284	5.548	(1.873)	3.675
Máquinas e equipamentos	2.779	(1.439)	1.340	3.454	(1.778)	1.676
Instalações	723	(290)	433	799	(377)	422
Móveis e utensílios	1.159	(616)	543	1.349	(648)	701
Veículos	8	(6)	2	111	(36)	75
Imobilizado em andamento	204	-	204	172	-	172
Outros	168	(105)	63	227	(130)	97
	<b>14.204</b>	<b>(5.065)</b>	<b>9.139</b>	<b>16.160</b>	<b>(5.855)</b>	<b>10.305</b>
<u>Arrendamento mercantil financeiro</u>						
Equipamentos	30	(21)	9	36	(23)	13
Hardware	46	(38)	8	199	(168)	31
Instalações	1	(1)	-	2	(1)	1
Móveis e utensílios	14	(8)	6	15	(9)	6
Edifícios	43	(23)	20	43	(22)	21
	<b>134</b>	<b>(91)</b>	<b>43</b>	<b>295</b>	<b>(223)</b>	<b>72</b>
Total	<b>14.338</b>	<b>(5.156)</b>	<b>9.182</b>	<b>16.455</b>	<b>(6.078)</b>	<b>10.377</b>

#### 14.1 Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia e suas subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia para demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa nº22.8.

#### 14.2 Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de empréstimos capitalizados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$14 (R\$18 em 31 de dezembro de 2015). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 104,53% (104,5% em 31 de dezembro de 2015) do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

#### 14.3 Adições ao ativo imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Adições (i)	592	674	1.387	1.637
Arrendamentos financeiros	-	(5)	(5)	(24)
Juros capitalizados	(5)	(8)	(14)	(18)
Financiamento de imobilizado - Adições (ii)	(430)	(600)	(802)	(734)
Financiamento de imobilizado - Pagamentos (ii)	333	581	699	720
Total	<b>490</b>	<b>642</b>	<b>1.265</b>	<b>1.581</b>

## **Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **14. Imobilizado – Continuação**

#### **14.3 Adições ao ativo imobilizado – Continuação**

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições do ano, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

#### **14.4 Outras informações**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e suas subsidiárias contabilizaram no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R\$48 na controladora (R\$45 em 31 de dezembro de 2015) e de R\$55 no consolidado (R\$57 em 31 de dezembro de 2015), referente à depreciação da sua frota de caminhões, maquinários, edificações e instalações referentes às centrais de distribuição.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve perda relacionada à redução ao valor recuperável. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à UGC. Vide mais detalhamento na nota explicativa nº6.1.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangíveis

	Controladora										
	Saldo 31.12.2014	Adi- ções	Amorti- zação	Incor- poração (*)	Saldo 31.12.2015	Adições	Amor- tização	Baixas	Transfe- rências	Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (**)	Saldo 31.12.2016
Ágio – eletroeletrônico	179	-	-	-	179	-	-	-	-	(179)	-
Ágio – varejo (nota explicativa nº1.2.1)	394	-	-	109	503	-	-	(2)	-	-	501
Fundo de comércio – varejo (nota explicativa nº15.2)	43	-	-	3	46	-	-	-	-	-	46
Softwares e implantação	579	102	(99)	1	583	82	(84)	-	(93)	-	488
Softwares Arrendamento Financeiro	-	9	-	-	9	88	(33)	-	94	-	158
Total	1.195	111	(99)	113	1.320	170	(117)	(2)	1	(179)	1.193

(\*) Inclui a transferência para o grupo de intangível do ágio pago na aquisição da Sé, incorporada em 2015, conforme mencionado na nota explicativa nº1.2.1

(\*\*) Vide nota explicativa nº35

	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – eletroeletrônico	-	-	-	179	-	179
Ágio – varejo	1.359	(858)	501	1.361	(858)	503
Fundo de comércio – varejo	46	-	46	46	-	46
Softwares e implantação	878	(390)	488	1.046	(463)	583
Softwares Arrendamento Financeiro	348	(190)	158	9	-	9
	2.631	(1.438)	1.193	2.641	(1.321)	1.320

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangíveis – Continuação

#### Consolidado

	Saldo em: 31.12.2014	Adi- ções	Amorti- zação (a)	Bai- xas	Trans- ferência	Reoraga- -nização societária (*)	Varia- ção cambial	Saldo em: 31.12.2015	Adi- ções	Amorti- zação (b)	Bai- xas	Trans- ferência	Ativos mantidos à venda e operações desconti- nuadas (**)	Varia- ção cambial	Saldo em: 31.12.2016
Ágio - atacado de autosserviços	362	-	-	-	-	-	-	362	-	-	-	-	-	-	362
Ágio – eletroeletrônico	920	-	-	-	-	-	-	920	-	-	-	-	(920)	-	-
Ágio – varejo	747	-	-	-	-	-	-	747	-	-	(2)	-	-	-	745
Ágio – e-commerce	254	-	-	-	(4)	(79)	72	243	-	-	-	-	(196)	(47)	-
Marcas - atacado de autosserviços	39	-	-	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-	-	39
Marcas – eletroeletrônico	2.061	-	-	-	-	-	-	2.061	-	-	-	-	(2.061)	-	-
Marcas e-commerce	30	-	-	-	1	(17)	7	21	-	-	(4)	1	(14)	(4)	-
Fundo de comércio – eletroeletrônico	574	1	(5)	-	-	-	-	570	-	(2)	-	6	(574)	-	-
Fundo de comércio – varejo	46	-	-	-	-	-	-	46	-	-	-	-	-	-	46
Fundo de comércio - atacado de autosserviços	34	-	-	-	-	-	-	34	-	-	-	-	-	-	34
Relacionamento de clientes – eletroeletrônico	2	-	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contrato de aluguel vantajoso - NCB	97	-	(27)	-	-	-	-	70	-	(14)	-	-	(56)	-	-
Direitos contratuais	179	-	(31)	-	-	-	-	148	65	(28)	-	-	(185)	-	-
Software	965	270	(217)	(40)	94	(2)	57	1.127	208	(210)	(70)	(46)	(447)	(39)	523
Softwares Arrendamento Financeiro	91	10	(11)	(1)	-	-	-	89	94	(31)	-	83	(76)	-	159
Outros	47	119	(2)	(18)	(91)	(5)	16	66	69	(2)	(3)	(52)	(64)	(14)	-
<b>Total</b>	<b>6.448</b>	<b>400</b>	<b>(295)</b>	<b>(59)</b>	<b>-</b>	<b>(103)</b>	<b>152</b>	<b>6.543</b>	<b>436</b>	<b>(287)</b>	<b>(79)</b>	<b>(8)</b>	<b>(4.593)</b>	<b>(104)</b>	<b>1.908</b>

(\*) Refere-se à venda de participação da empresa E-Trend pela CDiscount, conforme nota explicativa nº 3.1.

(\*\*) Vide nota explicativa nº35

a) Operações continuadas correspondentes à R\$(103) e Operações descontinuadas correspondentes à R\$(192)

b) Operações continuadas correspondentes à R\$(124) e Operações descontinuadas correspondentes à R\$(163)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15. Intangíveis – Continuação

	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015		
	Custo	Amortiza- ção acumulada	Líquido	Custo	Amortiza- ção acumulada	Líquido
Ágio - atacado de autosserviços (nota explicativa nº15.1)	371	(9)	362	371	(9)	362
Ágio – eletroeletrônico (nota explicativa nº15.1)	-	-	-	920	-	920
Ágio – varejo (nota explicativa nº15.1)	1.846	(1.101)	745	1.848	(1.101)	747
Ágio – e-commerce (nota explicativa nº15.1)	-	-	-	243	-	243
Marcas - atacado de autosserviços	39	-	39	39	-	39
Marcas – eletroeletrônico	-	-	-	2.061	-	2.061
Marcas – e-commerce (nota explicativa nº15.2)	-	-	-	21	-	21
Fundo de comércio – eletroeletrônico (nota explicativa nº15.2)	-	-	-	637	(67)	570
Fundo de comércio – varejo (nota explicativa nº15.2)	46	-	46	46	-	46
Fundo de comércio - atacado de autosserviços (nota explicativa nº15.2)	34	-	34	34	-	34
Relacionamento de clientes – eletroeletrônico	-	-	-	35	(35)	-
Contrato de aluguel vantajoso NCB	-	-	-	290	(220)	70
Direitos contratuais	-	-	-	187	(39)	148
Software	929	(406)	523	1.932	(805)	1.127
Software Arrendamento Financeiro	349	(190)	159	122	(33)	89
Outros	-	-	-	81	(15)	66
Total intangível	3.614	(1.706)	1.908	8.867	(2.324)	6.543

### 15.1 Testes de não recuperação do ágio, marcas e de intangíveis sem vida útil definida

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou cálculo para determinar o valor de recuperação do ágio adquirido por meio de combinações de negócios e marcas com vidas úteis indefinidas que foram alocados a duas UGCs, as quais são: varejo e atacado de autosserviços.

O valor recuperável dos segmentos foi determinado por meio de cálculo com base no valor em uso de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela Alta Administração, para os próximos três anos. A taxa de desconto aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 12,4% variando para 11,6% nos períodos acima de 3 anos, e os fluxos de caixa que excedem o período de três anos são aumentados de acordo com o crescimento previsto para cada um dos segmentos. Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

### 15.2 Fundo de comércio

Fundo de comércio é o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios.

No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15. Intangíveis – Continuação

#### 15.3 Adições ao ativo intangível

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Adições	170	111	436	400
Arrendamentos financeiros	(88)	(9)	(94)	(10)
Demais contas a pagar	-	-	-	11
Direitos contratuais	-	-	(65)	-
Financiamento de intangíveis – Adição	-	(3)	-	(3)
Financiamento de intangíveis – Pagamentos	2	6	2	6
Total	84	105	279	404

### 16. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Fornecedores de produtos	5.492	4.446	7.763	15.590
Fornecedores de serviços	278	142	320	772
Acordos comerciais (nota explicativa nº16.2)	(679)	(485)	(851)	(854)
	5.091	4.103	7.232	15.508

#### 16.1 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia e suas subsidiárias possuem convênios com instituições financeiras, com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia, para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas.

Estas transações foram avaliadas pela Administração e foi concluído que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discrição do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

A Companhia tem ainda transações comerciais de aumento de prazo, rotineiramente como parte de sua atividade, sem a contra partida de encargos financeiros.

#### 16.2 Acordos comerciais

Incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses montantes são definidos em contratos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento desses recebíveis se materializa por meio do abatimento de faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorram pelo montante líquido.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Empréstimos e financiamentos

### 17.1 Composição da dívida

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<u>Circulante</u>					
<u>Debêntures e nota promissória</u>					
Captação líquida de debêntures (nota explicativa nº17.4)	107% do CDI	39	39	39	39
Certificados de recebíveis de agronegócio (nota explicativa nº17.4)	97,5% do CDI	4	-	4	-
Captação líquida de nota promissória (nota explicativa nº17.4)	108% do CDI	530	-	530	-
Custo de captação		(5)	(1)	(5)	(1)
		568	38	568	38
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Em moeda local</u>					
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (nota explicativa nº17.6)	TJLP + 3,60% a.a	-	82	-	82
BNDES (nota explicativa nº17.6)	2,89% a.a.	1	9	7	16
IBM	CDI - 0,71% a.a.	-	-	-	27
Capital de giro	107,70% do CDI	870	111	1.044	111
Capital de giro (i)	15,57% a.a.	-	-	-	2.308
Capital de giro	TR + 9,80% a.a.	2	1	13	5
Antecipação de recebíveis	109% do CDI	-	-	-	4
Arrendamento financeiro (nota explicativa nº23)		38	30	41	44
Custo de captação		(1)	(1)	(1)	(2)
		910	232	1.104	2.595
<u>Em moeda estrangeira</u>					
(nota explicativa nº17.5)					
Capital de giro	USD + 2,60% a.a.	1.196	856	1.196	1.655
Capital de giro	EURO + 1,94% a.a.	1	1	1	1
Contratos de swap (nota explicativa nº17.7)	103,32% do CDI	88	(299)	88	(475)
		1.285	558	1.285	1.181
Total do circulante		2.763	828	2.957	3.814



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 17.1 Composição da dívida – Continuação

		Controladora		Consolidado	
	Taxa média ponderada	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<u>Não Circulante</u>					
<u>Debêntures</u>					
Captação líquida de debêntures (nota explicativa nº17.4)	107% do CDI	900	900	900	900
Certificados de recebíveis de agronegócio (nota explicativa nº17.4)	97,5% do CDI	1.013	-	1.013	-
Custo de captação		(9)	(3)	(9)	(3)
		1.904	897	1.904	897
<u>Empréstimos e financiamentos</u>					
<u>Moeda local</u>					
BNDDES	3,80% a.a.	7	9	44	51
IBM	CDI - 0,71% a.a.	-	-	-	68
Capital de giro (i)	15,57% a.a.	-	-	-	167
Capital de giro	105,44% do CDI	259	980	258	1.131
Capital de giro	TR + 9,80% a.a.	19	20	122	126
Arrendamento financeiro (nota explicativa nº23)		165	117	174	220
Contratos de swap (nota explicativa nº17.7)	101,44% do CDI	(2)	-	(10)	2
Custo de captação		(2)	(3)	(5)	(7)
		446	1.123	583	1.758
<u>Em moeda estrangeira</u>					
Capital de giro	USD + 2,78% a.a.	164	1.236	165	1.549
Capital de giro	EURO + 1,94%a.a.	172	207	171	207
Contratos de swap (nota explicativa nº17.17)	101,21% do CDI	89	(186)	89	(247)
		425	1.257	425	1.509
Total do não circulante		2.775	3.277	2.912	4.164
Total de empréstimos e financiamentos		5.538	4.105	5.869	7.978

(i) Refere-se ao Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência – CDCI, que em 2016 está apresentado na linha de “passivos relacionados aos ativos mantidos para venda”.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 17.2 Movimentação dos empréstimos

	Controladora	Consolidado
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>5.526</b>	<b>9.728</b>
Captações – capital de giro	1.154	6.389
Captações – arrendamento	14	35
Provisão de juros	503	927
Contratos de <i>swap</i>	(351)	(534)
Marcação a mercado	(4)	(5)
Variação cambial e monetária	468	734
Custo de captação	5	5
Amortizações de juros	(511)	(947)
Amortizações de principal	(2.663)	(8.255)
Amortizações de <i>swap</i>	(59)	(99)
Reorganização societária (nota explicativa nº1.2.1)	23	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>4.105</b>	<b>7.978</b>
Captações – capital de giro	2.401	8.082
Captações – arrendamento	88	100
Provisão de juros	409	862
Contratos de <i>swap</i>	643	920
Marcação a mercado	(18)	(22)
Variação cambial e monetária	(417)	(635)
Custo de captação	3	4
Amortizações de juros	(248)	(624)
Amortizações de principal	(1.447)	(6.876)
Amortizações de <i>swap</i>	14	19
Incorporação	5	-
Passivos relacionados aos ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (nota explicativa nº35)	-	(3.939)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>5.538</b>	<b>5.869</b>

#### 17.3 Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante:

<u>Ano</u>	Controladora	Consolidado
Em 2 anos	1.157	1.177
De 2 a 3 anos	1.518	1.538
De 3 a 5 anos	43	62
Após 5 anos	68	149
Subtotal	2.786	2.926
Custo de captação	(11)	(14)
Total	2.775	2.912

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

#### 17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio

	Tipo	Valor de emissão (em milhares)	Debên- tures em circulação	Data		Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em milhares)	Controladora		Consolidado	
				Emissão	Venci- mento			31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<u>Controladora</u>											
12ª emissão de Debêntures – CBD	Sem preferência	900.000	900.000	12/09/14	12/09/19	107,00% do CDI	1.043	<b>939</b>	939	<b>939</b>	939
13ª emissão de Debêntures – CBD e Certificados de recebíveis de agronegócio	Sem preferência	1.012.500	1.012.500	20/12/16	20/12/19	97,50% do CDI	1.004	<b>1.017</b>	-	<b>1.017</b>	-
2ª emissão de Nota Promissória – CBD	Sem preferência	500.000	200	01/08/16	30/01/17	108,00% do CDI	2.651.450	<b>530</b>	-	<b>530</b>	-
Custo de captação								<b>(14)</b>	(4)	<b>(14)</b>	(4)
<b>Controladora / Consolidado - Curto e longo prazo</b>								<b>2.472</b>	935	<b>2.472</b>	935
Passivo circulante								<b>568</b>	38	<b>568</b>	38
Passivo não circulante								<b>1.904</b>	897	<b>1.904</b>	897

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

### 17.4 Debêntures, nota promissória e certificados de recebíveis de agronegócio – Continuação

O GPA utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas não são conversíveis em ações, não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia, exceto para as emissões das subsidiárias, em que a Companhia oferece o aval.

A amortização dessas debêntures ocorre em (i) parcelas anuais a partir do 4º ano da emissão (12ª emissão da CBD) com remuneração semestral; (ii) pagamento exclusivo no vencimento com remuneração semestral (13ª emissão da CBD).

A 12ª e 13ª emissão têm direito a resgate antecipado a qualquer tempo de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.

Em 1º de agosto de 2016, foi realizada a 2ª emissão de notas promissórias comerciais da Companhia. Foram emitidas 200 notas promissórias com valor unitário de R\$2,50, totalizando R\$500. Os recursos líquidos obtidos com a emissão foram integralmente utilizados para reforço do capital de giro da Companhia.

Em 20 de dezembro de 2016, a CBD realizou a 13ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, as quais foram colocadas de forma privada junto à Ares Serviços Imobiliários Ltda, que por sua vez, cedeu e transferiu para a Ápice Securitizadora S.A., a qual adquiriu as Debêntures e os Direitos Creditórios do Agronegócio(CRA) com o propósito de vinculá-los a 2ª série da 1ª emissão de certificados de recebíveis do agronegócio. Os recursos serão destinados exclusivamente à compra de produtos agropecuários e hortifrutigranjeiros, tais como frutas, verduras, legumes, laticínios, aves e outras proteínas animais in natura diretamente dos produtores rurais e/ou cooperativas rurais.

O montante de R\$1.013 captado tem vencimentos em 20 de dezembro de 2019, com juros de 97,5% do CDI que serão pagos semestralmente.

O GPA tem a obrigação de manter índices financeiros em conexão com as emissões efetuadas. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2016, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

### 17.5 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2016, o GPA possuía empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano e euro) para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimento, sendo o último vencimento em outubro de 2018.

Para algumas dessas operações, o GPA tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, na respectiva Companhia de emissão, sendo: (i) a dívida líquida (dívida menos disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de dezembro de 2016, o GPA estava adimplente em relação a esses índices.

### 17.6 Garantias

A Companhia assinou notas promissórias como garantia aos empréstimos e financiamentos com os bancos.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17. Empréstimos e financiamentos – Continuação

### 17.7 Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em euros, dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). Esses contratos têm o prazo total da dívida, protegem os juros e o principal e são assinados nos mesmos prazos e na mesma contraparte da dívida. A taxa média ponderada anual do CDI em 2016 era de 14,00% (13,24% em 31 de dezembro de 2015).

### 17.8 Abertura de crédito

A Companhia e suas subsidiárias celebraram contratos de abertura de crédito no valor de R\$1.350. Referidos acordos foram efetuados consoante às condições praticadas pelo mercado e possuem vigências para 2017.

## 18. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>Valor contábil</b>		<b>Valor contábil</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Ativos financeiros:</b>				
<b><u>Empréstimos e recebíveis (incluindo caixa)</u></b>				
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4.496</b>	2.247	<b>5.112</b>	11.015
Contas a receber e outras contas a receber	<b>588</b>	587	<b>1.281</b>	4.308
Partes relacionadas – ativo	<b>359</b>	1.076	<b>17</b>	309
<b><u>Passivos financeiros:</u></b>				
<b><u>Outros passivos financeiros - custo amortizado</u></b>				
Partes relacionadas – passivo	<b>(510)</b>	(268)	<b>(147)</b>	(563)
Fornecedores	<b>(5.091)</b>	(4.103)	<b>(7.232)</b>	(15.508)
Financiamento por compra de ativo	<b>(36)</b>	(104)	<b>(120)</b>	(118)
Aquisição de participação de acionistas não controladores	-	-	<b>(7)</b>	(104)
Debêntures	<b>(2.472)</b>	(935)	<b>(2.472)</b>	(935)
Empréstimos e financiamentos	<b>(1.336)</b>	(1.355)	<b>(1.562)</b>	(4.222)
Fornecedores convênio	-	-	-	(1.055)
<b><u>Valor justo por meio do resultado</u></b>				
Empréstimos e financiamentos, incluindo derivativos	<b>(1.730)</b>	(1.815)	<b>(1.835)</b>	(2.821)

O valor justo de outros instrumentos financeiros, descritos na tabela anterior, aproxima-se do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizados, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgado na nota explicativa nº18.3.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Instrumentos financeiros – Continuação

### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias

#### (i) Risco de crédito

- Caixa e equivalentes de caixa: a fim de minimizar o risco de crédito desses investimentos, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê de Fluxo de Caixa da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações das instituições financeiras, os quais são constantemente atualizados.
- Contas a receber: o risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas serem realizadas por meio de cartões de crédito. Parte desses recebíveis são vendidos aos bancos e às administradoras de cartões de créditos, com o objetivo de prover o capital de giro e isso proporciona o desreconhecimento das contas a receber em virtude da transferência do risco de crédito, benefícios e controle sobre tais ativos. Adicionalmente, principalmente para os contas a receber parcelados, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de provisão para créditos de liquidação duvidosa.
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos, esse risco é mitigado pela política de efetuar transações, dentro das políticas aprovadas, pelos órgãos de governança.
- Vendas financiadas CDCI (classificado na linha de ativos mantidos à venda e operações descontinuadas da Via Varejo): são as vendas feitas por meio de acordos operacionais (linhas de crédito) com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil, para concessão de financiamentos aos seus clientes, por meio de intermediação com as respectivas instituições financeiras, com o objetivo de viabilizar e fomentar a venda de mercadorias nos seus estabelecimentos comerciais. Nessa modalidade de venda, a subsidiária Via Varejo tem responsabilidade final pela liquidação do financiamento e pelo risco de crédito da operação.
- Não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

#### (ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para investimentos e crescimento. Consequentemente, a Companhia e suas subsidiárias estão expostas, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos (*hedge* de exposição cambial) e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações na taxa de juros.

#### (iii) Risco da taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso utilizam-se derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

#### (iv) Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar a manutenção de uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecidas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

##### (iv) Risco de gestão de capital – Continuação

Não houve alterações quanto aos objetivos, processos ou às políticas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<b>4.496</b>	2.247	<b>5.112</b>	11.015
Fornecedores convênio (**)	-	-	-	(1.055)
Empréstimos e financiamentos	<b>(5.538)</b>	(4.105)	<b>(5.869)</b>	(7.978)
Outros passivos de partes relacionadas (nota explicativa nº12.2 e nº18.2 (i)) (*)	<b>(149)</b>	-	<b>(149)</b>	(364)

(\*)Em 2015 representa o empréstimo da subsidiária Cdiscount com a empresa Polca Empréstimos e em 2016 o saldo a pagar a Greenyellow.

(\*\*)Fornecedores convênio tratam-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Via Varejo, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Via Varejo junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 112,3% do CDI (108,4% do CDI em 31 de dezembro de 2015). A Administração entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

##### (v) Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro a seguir resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

##### a) Controladora

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e financiamentos	<b>2.105</b>	<b>670</b>	<b>17</b>	<b>2.792</b>
Debêntures e nota promissória	<b>778</b>	<b>2.302</b>	-	<b>3.080</b>
Instrumentos financeiros derivativos	<b>183</b>	<b>119</b>	<b>(1)</b>	<b>301</b>
Arrendamento mercantil financeiro	<b>57</b>	<b>181</b>	<b>160</b>	<b>398</b>
Fornecedores	<b>5.091</b>	-	-	<b>5.091</b>
<b>Total</b>	<b>8.214</b>	<b>3.272</b>	<b>176</b>	<b>11.662</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

##### (v) Risco de liquidez – Continuação

##### b) Consolidado

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	2.307	775	115	3.197
Debêntures e nota promissória	778	2.302	-	3.080
Instrumentos financeiros derivativos	186	125	(1)	310
Arrendamento mercantil financeiro	61	192	169	422
Fornecedores	7.232	-	-	7.232
Aquisição de participação de acionistas não controladores	7	-	-	7
<b>Total</b>	<b>10.571</b>	<b>3.394</b>	<b>283</b>	<b>14.248</b>

##### (vi) Instrumentos financeiros derivativos

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (euros e dólares norte-americanos) e das taxas de juros fixas, convertendo a dívida em taxa de juros e moeda locais.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de referência dos contratos era R\$1.768 (R\$2.760 em 31 de dezembro de 2015). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de *swaps* com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (*hedge accounting*), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor justo	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Swap com contabilização de <i>hedge</i>					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		1.768	2.760	1.666	3.512
Posição ativa (comprada)					
Taxa prefixada	TR+9,80% a.a.	127	131	134	131
US\$ + fixa	2,63% a.a.	1.421	2.410	1.362	3.219
EUR + fixa	1,94% a.a.	220	219	176	208
		1.768	2.760	1.672	3.558
Posição passiva (vendida)					
	102,69% a.a.	(1.768)	(2.760)	(1.839)	(2.838)
Posição de <i>hedge</i> líquida		-	-	(167)	720



# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Instrumentos financeiros – Continuação

### 18.1 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e de suas subsidiárias – Continuação

#### (vi) Instrumentos financeiros derivativos – Continuação

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo seu valor justo é de R\$167 (a receber de R\$720 em 31 de dezembro de 2015) e está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Os efeitos de *hedge* ao valor justo por meio resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 resultaram em um ganho de R\$722 (ganho de R\$462 em 31 de dezembro de 2015).

#### (vii) Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, que são divulgadas pela BM&FBovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupons cambiais “versus” CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

### 18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário mais provável de se realizar, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando por meio das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Dessa maneira, no cenário provável (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se, conforme determinado nas normas editadas pela CVM, uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros.

Para o cenário provável, a taxa de câmbio ponderada definida foi de R\$3,44 no vencimento, e a taxa de juros ponderada foi de 12,35% ao ano.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide nota explicativa nº18.2(i).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros para cada um dos cenários mencionados, na tabela de análise de sensibilidade a seguir:

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18. Instrumentos financeiros – Continuação

### 18.2 Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros – Continuação

#### (i) Outros instrumentos financeiros

Transações	Risco (variação do CDI)	Saldo em 31.12.2016	Projeção de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Contrato de swap de taxa pré-fixada (ponta passiva)	101,44% do CDI	(125)	(182)	(187)	(192)
Contrato de swap cambial (ponta passiva)	102,69% do CDI	(1.714)	(2.126)	(2.160)	(2.194)
Debêntures	107% do CDI	(939)	(1.055)	(1.084)	(1.113)
Certificados de recebíveis de agronegócio	97,50% do CDI	(1.017)	(1.138)	(1.169)	(1.199)
Nota promissória	108,00% do CDI	(530)	(606)	(625)	(643)
Empréstimos bancários - CBD	107,16% do CDI	(1.128)	(1.283)	(1.322)	(1.361)
Arrendamento mercantil	100,19% do CDI	(74)	(83)	(85)	(87)
Arrendamento mercantil	95,31% do CDI	(88)	(99)	(102)	(105)
Arrendamento mercantil	100,00% do CDI	(8)	(9)	(9)	(10)
Empréstimos bancários - Barcelona	108,00% do CDI	(174)	(199)	(206)	(212)
Exposição total a empréstimos e financiamentos		<u>(5.797)</u>	<u>(6.780)</u>	<u>(6.949)</u>	<u>(7.116)</u>
Equivalentes de caixa (*)	98,26% do CDI	<u>4.697</u>	<u>5.277</u>	<u>5.422</u>	<u>5.567</u>
Exposição líquida:		<u>(1.100)</u>	<u>(1.503)</u>	<u>(1.527)</u>	<u>(1.549)</u>
Efeito líquido - ganho:			<u>(403)</u>	<u>(427)</u>	<u>(449)</u>

(\*) média ponderada

Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes transações que não representam riscos significativos para avaliação de sensibilidade:

- A Companhia possui ainda uma exposição líquida (entre fornecedores estrangeiros e caixa aplicados no exterior) de 15 milhões em dólares norte-americanos e 11 milhões em euros, além de saldo de investimentos negativo em controladas no exterior no montante de 6 milhões de euros. A Administração da Companhia não preparou análise de sensibilidade relacionada à exposição cambial por entender que os montantes envolvidos não são significativos.
- Em 2015 a Companhia, através de subsidiárias cuja moeda funcional é o euro, possuía saldo de empréstimos de R\$364 com a empresa do Grupo Casino Polca, denominado em euros, com encargos financeiros determinados pela taxa EONIA+0,5%a.a.. Considerando que a parcela da taxa de juros que é pós-fixada ser considerada de baixa representatividade, a Companhia não está exposta a variação significativa de oscilação desta taxa de juros e, portanto, não houve a necessidade da análise de sensibilidade para esta exposição.
- A Companhia possui saldo de contas a pagar a Greenyellow de R\$149, referente à aquisição de imobilizado visando a eficiência energética da Companhia. O pagamento ocorrerá em 96 parcelas a taxa pré-fixada de 9% ao ano.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.3 Mensurações de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46 (IFRS13), os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta a hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	<u>Valor contábil</u> 31.12.2016	<u>Valor justo</u> 31.12.2016	Nível (*)
Instrumento financeiro a valor justo por meio de resultado			
Swaps de taxa de juros entre moedas	(177)	(177)	Nível 2
Swaps de taxa de juros	10	10	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (valor justo)	(1.668)	(1.668)	Nível 2
Empréstimos e financiamentos (custo amortizado)	(4.034)	(3.986)	Nível 2
Total	<u>(1.169)</u>	<u>(1.121)</u>	

(\*) **Nível 2:** Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis.

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Os *swaps* de taxa de juros, moeda estrangeira e empréstimos e financiamentos são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 18. Instrumentos financeiros – Continuação

#### 18.4 Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Em aberto descrição	Contrapartes	Valor de referência	Data da contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
					31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Swaps cambiais registrados na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP (US\$ X CDI):								
	Banco Tokyo	US\$75	14/01/2014	10/01/2017	61	110	59	113
	Banco JP Morgan	US\$50	19/03/2014	21/03/2016	-	77	-	82
	Mizuho	US\$50	31/10/2014	31/10/2017	38	70	37	69
	Citibank	US\$85	21/11/2014	21/11/2016	-	109	-	112
	Banco Tokyo	US\$75	02/01/2015	29/12/2016	-	94	-	98
	Citibank	US\$5	28/01/2015	28/01/2016	-	6	-	7
	HSBC	US\$100	25/02/2015	25/11/2016	-	100	-	102
	Bradesco	US\$100	27/04/2015	27/04/2016	-	66	-	76
	Citibank (*)	US\$50	10/04/2015	10/04/2017	-	38	-	37
	Citibank (*)	US\$30	14/04/2015	17/04/2017	-	22	-	22
	Bank of America	US\$40	14/09/2015	14/09/2017	(26)	(1)	(25)	-
	Banco Tokyo	US\$50	31/07/2015	31/07/2017	(6)	26	(6)	26
	Scotiabank	US\$50	30/09/2015	29/09/2017	(39)	(7)	(37)	(4)
	Agricole	EUR50	07/10/2015	08/10/2018	(54)	(13)	(42)	(18)
	Itaú BBA	US\$50	27/10/2015	17/01/2017	(60)	(3)	(61)	(1)
	Bradesco	US\$50	03/03/2016	06/03/2017	(53)	-	(54)	-
	Scotiabank	US\$50	15/01/2016	16/01/2018	(50)	-	(47)	-
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI):								
	Itaú BBA	R\$ 21	11/11/2014	05/11/2026	1	-	2	-
	Itaú BBA	R\$ 54	14/01/2015	05/01/2027	1	(1)	3	(1)
	Itaú BBA	R\$ 52	26/05/2015	05/05/2027	2	-	4	-
					(185)	693	(167)	720

(\*) Em 31 de dezembro de 2016, os saldo de Via Varejo estão na linha de “mantidos à venda e operações descontinuadas”, conforme nota explicativa nº35.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Impostos e contribuições a recolher e parcelados

### 19.1 Impostos, contribuições a recolher e impostos parcelados

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
PIS e COFINS	<b>46</b>	16	<b>49</b>	396
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	3	<b>10</b>	52
ICMS	<b>48</b>	27	<b>75</b>	154
Imposto de renda retido na fonte	-	2	<b>22</b>	12
INSS	<b>8</b>	-	<b>9</b>	1
Outros	<b>1</b>	9	<b>3</b>	135
	<b>103</b>	55	<b>168</b>	750
Impostos parcelados Lei nº11.941/09 (i)	<b>621</b>	644	<b>624</b>	644
Outros (ii)	<b>5</b>	8	<b>2</b>	8
	<b>626</b>	652	<b>626</b>	652
Circulante	<b>189</b>	135	<b>254</b>	830
Não circulante	<b>540</b>	572	<b>540</b>	572

- (i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº11.941/09) - a Lei nº11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade de utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a esse parcelamento.
- (ii) Outros - Parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado - PPI. Esses impostos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e podem ser pagos em 120 meses.

19.2 Cronograma de vencimentos dos impostos parcelados do não circulante ocorrerá conforme indicado a seguir:

<b><u>Em</u></b>	<b><u>Controladora</u></b> <b><u>e</u></b> <b><u>Consolidado</u></b>
2018	<b>89</b>
2019	<b>82</b>
2020	<b>82</b>
2021	<b>82</b>
2022	<b>82</b>
2023	<b>82</b>
A partir de 2024	<b>41</b>
	<b>540</b>

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20. Imposto de renda e contribuição social

### 20.1 Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da CSLL	(489)	417	(47)	844
Crédito (Despesa) de Imposto de renda e CSLL à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	122	(104)	(29)	(259)
Multas fiscais	(19)	(7)	(26)	(11)
Equivalência patrimonial	8	33	21	28
Juros sobre capital próprio (*)	(35)	-	13	-
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	8	-	(3)	13
Imposto de renda e contribuição social efetivo	84	(78)	(24)	(229)
Imposto de renda e contribuição social do exercício:				
Correntes	(21)	(19)	(126)	(156)
Diferidos	105	(59)	102	(73)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	84	(78)	(24)	(229)
Taxa efetiva	17,18%	18,71%	(51,06)%	27,13%

A CBD não paga contribuição social com base em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, portanto a alíquota da CBD é 25%.

(\*) Efeito de imposto de renda sobre juros sobre capital próprio pago por Sendas.

### 20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízos fiscais	32	-	112	232
Provisão para demandas judiciais	251	141	347	344
Provisão para baixa de diferenças temporárias	-	-	-	(59)
Provisão para operações com instrumentos financeiros derivativos tributados pelo regime de caixa	(18)	(107)	(5)	(100)
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa	2	1	2	106
Provisão para despesas correntes	11	5	23	68
Amortização fiscal de ágio	(37)	(10)	(531)	(595)
Ajuste a valor presente	1	1	1	(12)
Ajuste de arrendamento mercantil	7	5	2	(48)
Ajuste a marcação a mercado	(6)	(2)	(8)	(2)
Mais-valia de ativos adquiridos na combinação de negócio	-	-	-	(790)
Inovação tecnológica realização futura	(16)	(18)	(16)	(18)
Depreciação fiscal de itens de imobilizado	(80)	(25)	(81)	(20)
Provisão arbitragem à Morzan	-	50	-	50
Outras	8	9	7	66
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	155	50	(147)	(778)
Ativo não circulante	155	50	170	406
Passivo não circulante	-	-	(317)	(1.184)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	155	50	(147)	(778)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Imposto de renda e contribuição social – Continuação

#### 20.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos – Continuação

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Administração da Companhia estima recuperar esses ativos como segue:

<u>Ano</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	124	136
2018	31	34
	<u>155</u>	<u>170</u>

#### 20.3 Movimentações em imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2016</u>	<u>31.12.2015</u>
<b>No início do exercício</b>	<b>50</b>	56	<b>(778)</b>	(642)
Despesas no exercício – Operações continuadas	<b>105</b>	(59)	<b>102</b>	(73)
Despesas no exercício – Operações descontinuadas	-	-	<b>11</b>	(63)
Arbitragem Morzan (nota explicativa nº1.1)	-	50	-	50
Custo IPO Cnova N.V.	-	3	-	(46)
Variação cambial	-	-	<b>(10)</b>	29
Reorganização societária	-	-	<b>(4)</b>	-
Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº35)	-	-	<b>522</b>	-
Outros	-	-	<b>10</b>	(33)
<b>No final do exercício</b>	<b>155</b>	50	<b>(147)</b>	(778)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Aquisição de participação de acionistas não controladores

	Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015
Aquisição de participação na Assaí (a)	7	7
Aquisição de participação na Sendas (b)	-	69
Aquisição de participação na Cdiscount Colombia (c)	-	28
	<b>7</b>	<b>104</b>
Passivo circulante	7	76
Passivo não circulante	-	28

- a) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora da Assaí, subsidiária que desenvolve os negócios de atacado de autosserviços para o Grupo.
- b) Refere-se a contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora da Sendas, em dezembro de 2010, equivalente a 42,57% do capital social à época pelo valor total de R\$377. Em 31 de dezembro de 2015, remanesceu uma parcela anual, contabilizada pelo valor presente, com previsão de atualização pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo a última amortização em julho de 2016.
- c) Valor refere-se a instrumentos de opções recíprocas de compra e venda entre a subsidiária Cnova N.V. e acionistas minoritários detentores de 29% da operação de *e-commerce* na Colômbia. Existem regras de cálculo para o valor da opção que aponta para o maior entre cotações de mercados, múltiplos e fluxos de caixa descontados. A opção torna-se exercível a partir de 1º de novembro de 2017. Esta opção foi cancelada em 31 de dezembro de 2016, conforme nota explicativa nº25.8.

### 22. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada por seus consultores jurídicos e corroborada pela Companhia e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis:

#### 22.1 Controladora

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	40	190	168	72	13	483
Adições	15	10	23	42	22	112
Pagamentos	-	-	(59)	(10)	(6)	(75)
Reversões	-	(34)	(6)	(54)	(16)	(110)
Atualização monetária	3	21	24	16	3	67
Pagamento por parcelamento	5	-	2	5	1	13
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	63	187	152	71	17	490
Adições	36	227	117	44	20	444
Pagamentos	-	-	(21)	(13)	(5)	(39)
Reversões	-	(9)	(18)	(35)	(16)	(78)
Atualização monetária	10	23	24	13	4	74
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>109</b>	<b>428</b>	<b>254</b>	<b>80</b>	<b>20</b>	<b>891</b>



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 22.2 Consolidado

	PIS/ COFINS	Fiscais e outras	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Regulatórias	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	79	510	521	201	33	1.344
Adições	25	23	371	312	37	768
Pagamentos	-	(10)	(187)	(139)	(15)	(351)
Reversões	(8)	(138)	(179)	(191)	(29)	(545)
Atualização monetária	7	33	68	52	8	168
Transferências	-	(9)	2	7	-	-
Variação cambial	-	5	1	6	-	12
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	103	414	597	248	34	1.396
Adições	91	325	680	291	35	1.422
Pagamentos	-	(29)	(251)	(125)	(10)	(415)
Reversões	(4)	(19)	(153)	(140)	(26)	(342)
Atualização monetária	14	38	79	38	6	175
Variação cambial	-	(2)	(2)	(8)	-	(12)
Passivos relacionados a ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (vide nota explicativa nº35)	(56)	(141)	(648)	(195)	(7)	(1.047)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	148	586	302	109	32	1.177

#### 22.3 Tributárias

Processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, a atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

##### 22.3.1 COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas subsidiárias passaram a requerer o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições e outros assuntos de menor expressão. O valor provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$204, sendo R\$148 de operação continuada e R\$56 de operação descontinuada (R\$103 em 31 de dezembro de 2015).

##### 22.3.2 Fiscais

A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus consultores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São elas: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2011; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro; (iv) questionamentos relacionados à aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota e obrigações acessórias pelos fiscos estaduais; (v) não homologação de compensações, e (vi) outros assuntos de menor expressão.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

### 22.3 Tributárias – Continuação

#### 22.3.2 Fiscais – Continuação

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2016 para esses assuntos é de R\$408, sendo R\$356 de operação continuada e R\$52 de operação descontinuada. (R\$121 em 31 de dezembro de 2015).

#### ICMS

Em decorrência do julgamento do Supremo Tribunal Federal ("STF"), em 16 de outubro de 2014, foi decidido que os contribuintes de ICMS que comercializam produtos que compõem a cesta básica não têm direito de utilizar integralmente os créditos do referido imposto. A Companhia, com auxílio de seus assessores externos, entendeu adequado efetuar o provisionamento a respeito do assunto no valor de R\$153 em 31 de dezembro de 2016 (R\$128 em 31 de dezembro de 2015), por considerar esta demanda como perda "provável". Os valores provisionados representam a melhor estimativa da Administração do desembolso provável de caixa necessário para liquidar esta demanda.

Adicionalmente, dentre os passivos contingentes não provisionados há casos autuados pelo fisco do Estado de São Paulo em relação ao ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT nº17, considerando os últimos andamentos processuais a Companhia registrou R\$138 em 2016, que representam a estimativa da administração do efeito provável de perda, relacionado ao aspecto probatório do processo.

#### 22.3.3 Lei complementar nº110/01

A Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. O montante provisionado em 31 de dezembro de 2016 é de R\$77 (R\$62 em 31 de dezembro de 2015).

#### 22.3.4 Outros passivos contingentes de natureza fiscal – Via Varejo

Foram constituídas provisões tributárias de passivos contingentes, na ocasião da combinação de negócios com a Via Varejo, de acordo com o requerido no CPC 15(R1)/(IFRS 3). Em 31 de dezembro de 2016 o montante registrado é de (R\$89) (R\$84 em 31 de dezembro de 2015) de passivos contingentes tributários.

Esses casos provisionados referem-se principalmente a processos administrativos relativos às compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

#### 22.3.5 Outros passivos contingentes de natureza fiscal - Bartira

No terceiro trimestre de 2016, a Companhia reverteu quase na sua totalidade as contingências oriundas da combinação de negócios da Bartira, em 2013. O valor revertido é composto por R\$6 de contingências tributárias e R\$11 de contingências trabalhistas, totalizando R\$17. O saldo remanescente para o período de 31 de dezembro 2016 é de R\$1 (R\$18 em 31 de dezembro de 2015).

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

### 22.4 Trabalhistas

A Companhia e suas subsidiárias são parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de Dezembro de 2016, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$950, sendo R\$302 de operação continuada e R\$648 de operação descontinuada (R\$597 em 31 de dezembro de 2015), referente ao potencial risco de perda em relação as reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são atualizados monetariamente de acordo com a tabela disponibilizada pelo TST ("Tribunal Superior do Trabalho"), acrescida de juros mensais de 1%.

### 22.5 Cíveis e outros

A Companhia e suas subsidiárias respondem a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos por ela. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos consultores jurídicos internos e externos de que é provável que será alterado o valor da locação pago pela entidade. Em 31 de dezembro de 2016, o montante da provisão para essas ações é de R\$121, sendo R\$49 de operação continuada e R\$72 de operação descontinuada (R\$45 em 31 de dezembro de 2015), para as quais não há depósitos judiciais.
- A Companhia e suas subsidiárias ajuízam e respondem a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), INMETRO e Prefeituras. A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2016, o montante da provisão para essas ações é de R\$39, sendo R\$32 de operação continuada e R\$7 de operação descontinuada (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2015).
- A controlada Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$58 em 31 de dezembro de 2016 (R\$64 em 31 de dezembro de 2015).

O total das demandas cíveis e regulatórias em 31 de dezembro de 2016 é de R\$343, sendo R\$141 de operação continuada e R\$202 de operação descontinuada (R\$282 em 31 de dezembro de 2015).

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Provisão para demandas judiciais -- Continuação

### 22.6 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como probabilidade de perdas possíveis, portanto, não provisionadas. Dentre esses processos, existem os relativos à cobrança de diferenças no recolhimento de IRPJ, cuja a Companhia, na avaliação da administração e de seus assessores jurídicos, tem direito de indenização de seus antigos e atuais acionistas, supostamente devidas em relação aos anos-calendário de 2007 a 2013, sob a alegação de que houve dedução indevida de amortizações de ágio devidamente pago. O valor envolvido é de R\$1.141 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.046 em 31 de dezembro de 2015), classificado por perda possível e existe outra parte classificada como remota. Adicionalmente, os saldos de processos possíveis sem qualquer tipo de indenização totalizam um montante atualizado de R\$12.221, sendo R\$10.736 de operação continuada e R\$1.485 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2016 (R\$11.671 em 31 de dezembro de 2015), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – O GPA foi autuado pela não incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus funcionários, entre outros assuntos, cuja perda possível corresponde a R\$421, sendo R\$389 de operação continuada e R\$32 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2016 (R\$410 em 31 de dezembro de 2015). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.
- IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, ILL - O GPA possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões, glosa de ágio, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, entre outros de menor expressão. Dentre estes, há a autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio (ágio Mandala) ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$79 de IRPJ e CSLL (R\$72 em 31 de dezembro de 2015). Os processos aguardam julgamento administrativo e judicial. O montante envolvido equivale a R\$1.192, sendo R\$1.052 de operação continuada e R\$140 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.010 em 31 de dezembro de 2015).
- COFINS, PIS e CPMF e IPI – A Companhia vem sendo questionada sobre compensações realizadas com créditos de IPI adquiridos de terceiros e autorizados por medida judicial transitada em julgado que vem sendo desafiada pelo fisco; multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de COFINS e PIS de produtos preponderantemente monofásico, dentre outros assuntos. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$2.532, sendo R\$2.140 de operação continuada e R\$392 de operação descontinuada de 31 de dezembro de 2016 (R\$2.270 em 31 de dezembro de 2015).
- ICMS - o GPA foi autuado pelos fiscos estaduais quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica; (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual; (iii) incidentes sobre a própria operação de aquisição das mercadorias (ICMS próprio) – art. 271 do RICMS/SP; (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida; (v) decorrentes de vendas financiadas; e (vi) dentre outros. A soma dessas autuações monta a R\$6.832, sendo R\$6.269 de operação continuada e R\$563 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2016 (R\$6.765 em 31 de dezembro de 2015), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

#### 22.6 Outros passivos contingentes não provisionados – Continuação

- ISS, IPTU, Taxas e outros – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS – ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas, cujo valor monta R\$292, sendo R\$165 de operação continuada e R\$127 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2016 (R\$387 em 31 de dezembro de 2015) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- Outras demandas judiciais – referem-se a ações imobiliárias em que a Companhia pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado, ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível e processos administrativos instaurados por órgãos fiscalizadores como órgãos de defesa do consumidor (PROCONs), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO, Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentre outros, totalizando R\$952, sendo R\$721 de operação continuada e R\$231 de operação descontinuada em 31 de dezembro de 2016 (R\$829 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia tem por prática contratar advogados externos para defesa das autuações fiscais, cuja remuneração está vinculada à um percentual a ser aplicado sobre o valor do êxito no desfecho judiciais desses processos. Estes percentuais podem variar de acordo com os fatores qualitativos e quantitativos de cada processo, sendo que em 31 de dezembro de 2016 o valor estimado, caso todos os processos fossem finalizados com êxito, é de aproximadamente R\$168, sendo R\$155 de operação continuada e R\$13 de operação descontinuada (R\$100 em 31 de dezembro de 2015).

#### 22.7 Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos, para recursos vinculados, de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, e depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrado em seu ativo valores referentes a depósitos judiciais.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Tributárias	120	101	181	210
Trabalhistas	383	329	414	711
Cíveis e outras	17	18	26	44
Regulatórias	14	11	40	34
Total	534	459	661	999

#### 22.8 Garantias

Ações	Imóveis	Carta de fiança	Total
Tributárias	851	6.867	7.718
Trabalhistas	3	26	29
Cíveis e outras	-	53	53
Regulatórias	9	111	120
Total	863	7.057	7.920

O custo das garantias é aproximadamente 0,93% do valor das causas e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Provisão para demandas judiciais – Continuação

### 22.9 Ação Minoritários Cnova N.V.

A associada Cnova N.V., alguns de seus antigos e atuais diretores, e os subscritores da oferta pública inicial da Cnova N.V. - IPO, foram citados em uma ação na Corte do Distrito Sul de Nova Iorque – Estados Unidos, em relação ao assunto de revisão interna, concluída em 22 de julho de 2016, conduzida pela Cnova N.V., Cnova Brasil e seus assessores, mencionada na nota explicativa nº1.5. Em decorrência desta ação, Cnova N.V. poderá incorrer em despesas (incluindo, sem limitação, a honorários advocatícios e outros honorários de consultores e obrigações de indenizar certos diretores antigos e atuais, e os subscritores da oferta pública de ações que são, ou podem se tornar, parte ou envolvidos neste assunto). A Companhia e sua subsidiária Cnova estão impossibilitadas, neste momento, de prever a extensão da potencial responsabilidade nesses assuntos, incluindo, se houver, ação paralela que pode ser tomada pela *Securities and Exchange Commission* (Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos) como resultado dos fatos desse assunto ou da revisão interna conduzida pela Cnova N.V., Cnova Brasil e seus assessores.

## 23. Operações de arrendamento mercantil

### 23.1 Arrendamento operacional

#### (i) Pagamentos mínimos não canceláveis

A Via Varejo possui contratos de arrendamento operacional que na avaliação da Administração da Companhia são considerados como não canceláveis no montante de R\$666 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$599 em 31 de dezembro de 2015).

#### (ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que os contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência. Na ocorrência de cancelamento do contrato serão devidos pagamentos mínimos de rescisão, os quais podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Pagamentos mínimos na rescisão (*)	309	245	339	746
<b>Total</b>	<b>309</b>	<b>245</b>	<b>339</b>	<b>746</b>

(\*) A Via Varejo possui contratos de locação com pagamento mínimo na rescisão no montante de R\$473 em 31 de dezembro de 2016 (R\$441 em 31 de dezembro de 2015). Apenas o valor de 2015 está apresentado no quadro acima.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 23. Operações de arrendamento mercantil – Continuação

#### 23.1 Arrendamento operacional – Continuação

##### (iii) Pagamentos contingentes

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
<b>Despesas (receitas) do exercício:</b>				
Pagamentos contingentes	<b>437</b>	352	<b>504</b>	531
Pagamentos não contingentes	<b>228</b>	137	<b>368</b>	230
Subarrendamentos (*)	<b>(127)</b>	(147)	<b>(145)</b>	(215)

(\*) Refere-se, principalmente, aos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

#### 23.2 Arrendamento mercantil financeiro

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro totalizaram R\$215 em 31 de dezembro de 2016 (R\$264 em 31 de dezembro de 2015), de acordo com o quadro a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - pagamentos mínimos de aluguel:				
Até 1 ano	<b>38</b>	30	<b>41</b>	44
De 1 a 5 anos	<b>138</b>	91	<b>144</b>	157
Mais de 5 anos	<b>27</b>	26	<b>30</b>	63
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<b>203</b>	147	<b>215</b>	264
Encargos futuros de financiamento	<b>195</b>	179	<b>207</b>	238
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	<b>398</b>	326	<b>422</b>	502

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Receitas a apropriar

A Companhia e a subsidiária Via Varejo receberam, antecipadamente, valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu, antecipadamente, valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso (*back lights*), para exposição de produtos dos seus fornecedores.

Os valores de Via Varejo estão apresentados na linha de “ativos mantidos à venda e operações descontinuadas”.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Garantias complementares ou estendidas (nota explicativa nº24.2)	35	42	35	777
Contrato Bradesco (nota explicativa nº24.3)	-	-	-	699
Contrato de permuta	-	-	12	65
Contrato de prestação de serviço – <i>Allpark</i>	15	16	15	16
<i>Back lights</i>	-	-	85	36
<i>Spread BCA - Customers base exclusivity</i> (5 anos)	-	-	-	6
Compromisso de venda futura (nota explicativa nº 24.1)	100	-	100	-
Outros	1	2	1	44
	151	60	248	1.643
Circulante	127	28	224	420
Não circulante	24	32	24	1.223

#### 24.1 Compromisso de venda futura

A Companhia assinou um compromisso de venda futura de um de seus centros de distribuição, recebendo adiantamento de R\$100. Uma vez completadas as condições suspensivas, será reconhecida a venda de R\$176, com resultado líquido de R\$40.

Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas; cujos passivos foram reclassificados:

#### 24.2 Contrato celebrado com a Zurich Minas Brasil Seguros S.A. (“Zurich”)

Em 29 de agosto de 2014, a subsidiária Via Varejo celebrou com a Zurich para a intermediação de venda de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio. Este contrato está vigente até 2022.

Em 16 de dezembro de 2016 a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços com a Zurich para a distribuição de seguros de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato, recebendo o montante de R\$254 para Via Varejo e R\$16 para Cnova Brasil à título de antecipação. O contrato está vigente até 2024.

Em 9 de novembro de 2016 a Via varejo celebrou o contrato de comercialização de Serviços de Multi-Assistência a serem intermediados pela USS, em contraprestação à exclusividade a USS pagou na data do contrato o valor de R\$57 para Via Varejo e R\$3 para Cnova Brasil com vigência até 14 de novembro de 2022.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 24. Receitas a apropriar – Continuação

Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas; cujos passivos foram reclassificados: – Continuação

#### 24.3 Contrato celebrado com o Bradesco

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard S.A. (conjuntamente, “Bradesco”) com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo (i) disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca “Casas Bahia” e (ii) disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remunerações adicionais, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas nos próximos 9 anos, enquanto as remunerações adicionais de R\$154 serão realizadas conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Cnova Brasil celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca “Casas Bahia” na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo foi recebido a título de antecipação o valor de R\$60 e será reconhecido no resultado na medida em que as metas contratuais forem atingidas.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Patrimônio líquido

### 25.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2016, é representado por 266.076 (265.702 em 31 de dezembro de 2015) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2016 (99.680 em 31 de dezembro de 2015) e 166.396 em milhares de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2016 (166.022 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

- Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2016, 22 de março de 2016, 9 de maio de 2016, 27 de julho de 2016, 27 de outubro de 2016 e 15 de dezembro de 2016 foram aprovados os aumentos de capital no montante de R\$5 (R\$14 em 31 de dezembro de 2015) mediante a emissão de 374 mil de ações preferenciais (418 mil de ações preferenciais em 31 de dezembro de 2015).

### 25.2 Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo, para fins de cálculo do respectivo valor, o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) anterior.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do patrimônio líquido, e permanece registrada como ações em tesouraria, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando estas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no patrimônio líquido. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia.

### 25.3 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica “Opções outorgadas” são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10(R1)/ (IFRS 2) – Pagamentos com base em Ações.

### 25.4 Reservas de lucros

- Reserva legal:* é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.
- Reserva para expansão:* constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembleia.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Patrimônio líquido – Continuação

### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

Em 9 de maio de 2014, nossos acionistas aprovaram em Assembleia Geral Extraordinária (i) a descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações “Ações com Açúcar” (“Plano de Opção Antigo”), aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, para novas outorgas de opções, sem prejuízo das opções já outorgadas que permanecerão em vigor sob os mesmos termos e condições; (ii) a criação do Plano de Opção de Compra de Ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de opção”); e (iii) a criação do Plano de remuneração em opção de compra de ações e seu respectivo contrato padrão de outorga (“Plano de remuneração” e, em conjunto com o Plano de opção antigo e o Plano de opção, os “Planos”).

A seguir descrevemos nossos planos que estavam em vigor no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (e com opções vigentes em 31 de dezembro de 2016) e os dois planos em vigor no exercício social corrente.

#### Plano de opção antigo

Nosso Plano de opção antigo é administrado por um comitê eleito pelo nosso Conselho de Administração, denominado Comitê de Administração do Plano de outorga de opção de compra de ações (“Comitê de *Stock Option*”). Este comitê determinava os funcionários a serem beneficiados com opções de compra de ações, com base em suas atribuições, responsabilidades e *performance*, definindo as condições aplicáveis.

Nosso Comitê de *Stock Option* desenvolve séries anuais de outorga de opções. Cada série de outorga recebeu um número de série iniciado pela letra A. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries A7 do Plano de opção antigo.

As opções outorgadas no âmbito do Plano de opção antigo podem ser diferenciadas em *Gold* e *Silver*, diferenciação que implica em alteração no preço de exercício das opções.

Nas opções classificadas como *Silver*, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente à média do preço de fechamento nas negociações de ações preferenciais de emissão da nossa Companhia, realizadas nos últimos 20 pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data em que o Comitê de *Stock Option* deliberou a outorga da opção. Após apurado esse preço médio, era aplicado um deságio de 20%. Nas opções classificadas como *Gold*, o preço de exercício por ação preferencial era o correspondente a R\$0,01. Em ambos os casos os preços não são atualizados.

O Comitê de *Stock Option* aprovou novos critérios para apuração do índice de redução e/ou aumento (reductor ou acelerador) da quantidade de opções outorgadas classificadas como *Gold*, em cada série do Plano de opção antigo, de acordo com a análise de cumprimento do conceito do retorno sobre o capital investido (ROIC). De acordo com o item 3.3 do Plano de opção antigo, o Comitê decidiu que a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo “Gold” das séries A6 e A7 seria apurado com base no atendimento do *Return on Capital Employed (ROCE)* da CBD.

Não há um limite para a redução ou aceleração naquele novo critério aprovado. No *vesting* da opção seria calculado o ROIC/ROCE médio dos três últimos exercícios sociais, a partir do ROIC/ROCE determinado na outorga de cada série.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Patrimônio líquido – Continuação

### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

#### Plano de opção antigo – Continuação

Como regra geral do Plano de opção antigo, o direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês, contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, em que o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações correspondentes às opções que lhe tenha sido outorgada (considerando, inclusive, a redução ou a aceleração de opções Gold aprovada pelo Comitê de Stock Option no 35º mês após a outorga das opções).

As opções outorgadas no âmbito do Plano de opção antigo podem ser exercidas de forma integral ou em partes. Vale ressaltar que as opções *Gold* são adicionais às opções *Silver* e, dessa forma, as opções *Gold* somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções *Silver*.

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de opção antigo deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, em uma única parcela devida, 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

#### Plano de remuneração

O Plano de remuneração é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série B1, B2 e B3 do Plano de remuneração.

As opções concedidas a um participante substancialmente não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

O participante estará impedido, durante o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de aquisição das ações de, direta ou indiretamente, vender, ceder, permutar, alienar, transferir, conferir ao capital de outra sociedade, outorgar opção, ou, ainda, celebrar qualquer ato ou acordo que resulte, ou possa resultar, na alienação, direta ou indireta, onerosa ou gratuita, de todas ou quaisquer das ações adquiridas pelo exercício da opção de compra no âmbito do Plano de remuneração.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Patrimônio líquido – Continuação

### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

#### Plano de remuneração – Continuação

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

#### Plano de opção

O Plano de opção será administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Recursos Humanos e Remuneração da Companhia as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de opção ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, encontravam-se em vigor opções outorgadas da Série C1, C2 e C3 do Plano de opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da BM&FBOVESPA, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano da remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de opção antigo, Plano de opção e Plano de remuneração estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de opções			
		1ª data de exercício	Data de expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2015									
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(285)	(14)	-
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(285)	(14)	-
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(490)	(36)	-
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(490)	(36)	-
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(171)	(35)	152
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(171)	(35)	152
Série B1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(16)	(54)	169
Série C1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(11)	(64)	164
Série B2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	0,01	0,01	337	(5)	(16)	316
Série C2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	77,27	77,27	337	-	(23)	314
						3.518	(1.924)	(327)	1.267

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

##### Plano de opção – Continuação

Séries outorgadas	Data da outorga	Preço				Lote de opções			
		1ª data de exercício	Data de expiração	Na data da outorga	Fim do exercício	Quantidade de opções outorgadas (em milhares)	Exercidas	Não exercidas por saída	Total em vigor
Saldo em 31 de dezembro de 2016									
Série A6 - Gold	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	0,01	0,01	526	(490)	(36)	-
Série A6 - Silver	15/03/2012	31/03/2015	31/03/2016	64,13	64,13	526	(490)	(36)	-
Série A7 - Gold	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	0,01	0,01	358	(231)	(43)	84
Série A7 - Silver	15/03/2013	31/03/2016	31/03/2017	80,00	80,00	358	(230)	(43)	85
Série B1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	0,01	0,01	239	(27)	(58)	154
Série C1	30/05/2014	01/06/2017	30/11/2017	83,22	83,22	239	(11)	(84)	144
Série B2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	0,01	0,01	337	(75)	(32)	230
Série C2	29/05/2015	01/06/2018	30/11/2018	77,27	77,27	337	-	(55)	282
Série B3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	0,01	0,01	823	(165)	(28)	630
Série C3	30/05/2016	30/05/2019	30/11/2019	37,21	37,21	823	(10)	(28)	785
						4.566	(1.729)	(443)	2.394

##### Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA

A Companhia instituiu dois planos de opção de compra de ações preferenciais, sendo séries B3 e C3, aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de maio de 2016.

Conforme os termos dos planos das séries, inclusive séries B3 e C3, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação preferencial da Companhia. Em ambos os planos, existe um período de carência de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 36 meses da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, inclusive séries B3 e C3, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 0,7% do total das ações de emissão da Companhia. Para este plano foram outorgados 1.646 mil opções de ações.

Em 31 de dezembro de 2016, havia 233 ações preferenciais em tesouraria, que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano, e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$54,75 para cada ação.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 2016 de todas as opções outorgadas:

	31.12.2016	31.12.2015
Quantidade de ações total	266.076	265.702
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.394	1.267
Percentual máximo de diluição	0,90%	0,48%

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 25. Patrimônio líquido – Continuação

### 25.5 Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais – Continuação

Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações - GPA – Continuação.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B1 e C1: (a) expectativa de dividendos de 0,96%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 22,09% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 11,70%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B2 e C2: (a) expectativa de dividendos de 1,37%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 24,34% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 12,72%.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas conforme a série B3 e C3: (a) expectativa de dividendos de 2,50%, (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 30,20% e (c) taxa de juros médios ponderados sem risco de 13,25%.

A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de dezembro de 2016 é de 1,84 (1,75 anos em 31 de dezembro de 2015). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$43,06 (R\$67,35 em 31 de dezembro de 2015).

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor intrínseco agregado
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>				
Outorgadas durante o exercício	674	38,64		
Canceladas durante o exercício	(117)	45,53		
Exercidas durante o exercício	(418)	32,62		
Em aberto no fim do exercício	1.267	39,57	1,75	26.586
Total a exercer em 31 de dezembro de 2015	1.267	39,57	1,75	26.586
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>				
Outorgadas durante o exercício	1.645	18,61		
Canceladas durante o exercício	(144)	40,40		
Exercidas durante o exercício	(374)	13,39		
Em aberto no fim do exercício	2.394	29,21	1,84	69.198
Total a exercer em 31 de dezembro de 2016	2.394	29,21	1,84	69.198

Em 31 de dezembro de 2016, havia opções a serem exercidas na Série A7.

Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de dezembro de 2016 foram de R\$21 (R\$11 em 31 de dezembro de 2015).

### 25.6 Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é composto por: (i) reserva de variação cambial, que corresponde ao efeito cumulativo dos ganhos e perdas de variações cambiais na conversão dos ativos, passivos e resultados em Reais, correspondendo ao investimento da CBD na subsidiária Cdiscount. O efeito na controladora foi de R\$88 e para não controladores foi de R\$146 (R\$86 na controladora e R\$133 para não controladores em 31 de dezembro de 2015).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.7 Transação com não controladores

Em 2015 e 2016, os valores registrados diretamente na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido na linha Transação com não controladores, referem-se a:

31.12.2016 (*)	Contro- ladores	Participação dos não controladores	Conso- lidado
Mudança de participação em Cnova Brasil	(127)	127	-
Mudança de participação em Cdiscount	1	7	8
Pagamento na troca de ações de Cnova N.V. por de Cnova Brasil	(20)	(27)	(47)
Equivalência sobre o efeito da troca de ações na Cdiscount	14	-	14
Venda de subsidiárias da Cdiscount	(11)	45	34
Outras transações com não controladores	5	13	18
	(138)	165	27

(\*) Vide nota explicativa nº35

31.12.2015	Contro- ladores	Participação dos não controladores	Conso- lidado
Reorganização societária e da dívida NPC (vide nota explicativa nº13.1(i))	(36)	-	(36)
Outras transações com não controladores	(7)	(1)	(8)
	(43)	(1)	(44)

#### 25.8 Aquisição de participação em Cdiscount Colômbia

Em julho de 2016, a subsidiária CNova N.V. e os acionistas minoritários (Almacênes Exito, detentores de 29%) firmaram novo acordo no qual Êxito comprará a participação remanescente. Como consequência o valor referente a instrumentos de opções recíprocas de compra e venda foi cancelado gerando um efeito no patrimônio líquido da Companhia de R\$28 (R\$9 na controladora e R\$19 em não controladores).

#### 25.9 Efeito no patrimônio líquido relacionado ao pagamento de decisão arbitral

Conforme mencionado na nota explicativa nº1.1, em 2015 com base na decisão do CCI, a Companhia indenizou à Morzan no montante de R\$200 (com efeito no patrimônio líquido R\$150 e de imposto de renda de R\$50), como consequência da decisão que interpretou que a Companhia não observou integralmente o disposto no Contrato de Compra e Venda de Ações assinado por ocasião da aquisição do controle da Globex, o qual previa a liquidação em ações de parte do preço de aquisição, com garantia sobre variação de seu valor de mercado, cuja variação é determinada em datas específicas para liberação da restrição de negociação dessas ações. O valor foi lançado a débito no patrimônio líquido, considerando que se refere a uma liquidação (efetuada em caixa) de recompra indireta de um instrumento patrimonial (garantia da variação do valor de mercado das ações) concedido aos antigos controladores da Globex (Morzan) em conexão com o Contrato de Compra de Ações. De acordo com o IAS 32, uma reclassificação de um instrumento patrimonial para o passivo deve ser realizada pelo valor justo e qualquer diferença para os saldos anteriormente reconhecidos nas demonstrações financeiras deve ser contabilizada em contrapartida ao patrimônio líquido.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Patrimônio líquido – Continuação

#### 25.10 Dividendos

Em AGOE realizada em 27 de abril de 2016, os acionistas aprovaram a proposta da Administração para distribuição de dividendos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no valor total de R\$119, que inclui os dividendos antecipados já declarados. Este valor corresponde a R\$0,4227404801 por ação ordinária e R\$0,4650142281 por ação preferencial.

O Estatuto Social da Companhia estabelece o pagamento mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, com a apuração do resultado do ano. A administração da Companhia propôs dividendos complementares, excetuadas as antecipações trimestrais já pagas durante 2015, sendo assim a Companhia aprovou em 27 de abril de 2016, data da realização da AGOE, o pagamento do valor de R\$4, que corresponde à parcela remanescente de dividendos referente ao ano 2015. Este valor corresponde a R\$0,013703 por ação ordinária e R\$0,015073 por ação preferencial. Tiveram direito os detentores de ações em circulação na data-base 27 de abril de 2016. Na data de 28 de abril de 2016, as ações passaram a ser negociadas sem direito aos dividendos ("ex-direito") até a data do seu pagamento.

	Dividendos propostos	
	31.12.2016	31.12.2015
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>(482)</b>	<b>265</b>
Reserva legal	-	(13)
Base de cálculo dos dividendos	-	252
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	-	63
Dividendos adicionais propostos	-	52
Dividendos intermediários pagos	-	(115)
Dividendos a pagar	-	-

#### 25.11 Plano de pagamento em ações de subsidiárias

##### Planos – Via Varejo

A Via Varejo possui três programas de opções de compra de ações ainda vigentes. O programa outorgado em 2014 contempla (i) Séries A1 e A2, com um preço de exercício a R\$19,98 e (ii) séries B1 e B2, com um preço de exercício a R\$0,01. Para o programa outorgado em 2015, os planos contemplados são (i) Série A3, com um preço de exercício a R\$15,00 e (ii) Série B3, com um preço de exercício a R\$0,01. Para o programa outorgado em 2016, os planos contemplados são (i) Série A4, com um preço de exercício a R\$5,28; (ii) Série B4, com um preço de exercício a R\$0,01, e (iii) Série C1, com um preço de exercício a R\$0,01. Os programas das séries A1 e A2, B1 e B2, A3 e B3, A4 e B4 têm *vesting period* de 36 meses e a série C1 tem *vesting period* de 25 meses.

O total da despesa relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$11 (R\$9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 26. Receita de venda de bens e/ou serviços

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Receita bruta de vendas				
Mercadorias	<b>27.950</b>	24.537	<b>45.267</b>	40.519
Prestação de serviços	<b>274</b>	272	<b>294</b>	355
Devoluções e cancelamento de vendas	<b>(529)</b>	(501)	<b>(592)</b>	(632)
	<b>27.695</b>	24.308	<b>44.969</b>	40.242
Impostos	<b>(2.168)</b>	(1.843)	<b>(3.515)</b>	(3.044)
Receita líquida	<b>25.527</b>	22.465	<b>41.454</b>	37.198

### 27. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Custo com estoques	<b>(17.337)</b>	(15.327)	<b>(30.473)</b>	(26.817)
Despesas com pessoal	<b>(3.477)</b>	(2.861)	<b>(4.503)</b>	(4.011)
Serviços de terceiros	<b>(453)</b>	(305)	<b>(587)</b>	(523)
Despesas funcionais	<b>(1.778)</b>	(1.354)	<b>(2.304)</b>	(2.079)
Despesas comerciais	<b>(704)</b>	(643)	<b>(953)</b>	(951)
Outras despesas	<b>(447)</b>	(285)	<b>(564)</b>	(430)
	<b>(24.196)</b>	(20.775)	<b>(39.384)</b>	(34.811)
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	<b>(18.599)</b>	(16.342)	<b>(31.933)</b>	(28.123)
Despesas com vendas	<b>(4.957)</b>	(3.950)	<b>(6.567)</b>	(5.922)
Despesas gerais e administrativas	<b>(640)</b>	(483)	<b>(884)</b>	(766)
	<b>(24.196)</b>	(20.775)	<b>(39.384)</b>	(34.811)

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Provisão para demandas judiciais (a)	(278)	34	(317)	36
Honorários Morzan	(8)	(22)	(8)	(22)
Parcelamento de impostos - REFIS	(40)	(51)	(40)	(58)
Gastos com integração e reestruturação (b)	(81)	(105)	(99)	(116)
Resultado com ativo imobilizado	(85)	(36)	(99)	(44)
Outros	(4)	(1)	(4)	(2)
Total	(496)	(181)	(567)	(206)

- a) Em 2016, a Companhia provisionou o montante de R\$317 relacionado à causas de imposto de renda, ICMS, PIS/COFINS e multa por obrigações acessórias legais reclassificadas de possível para provável.
- b) A Companhia implantou uma série de medidas adicionais para adequar a estrutura de despesas da empresa, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas, com objetivo de mitigar os efeitos da inflação nos custos fixos e a menor diluição das despesas.

### 29. Resultado financeiro, líquido.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesas financeiras:				
Custo da dívida	(638)	(631)	(705)	(698)
Custo com antecipação de recebíveis	(124)	(79)	(163)	(120)
Atualizações monetárias passivas	(146)	(200)	(174)	(213)
Outras despesas financeiras	(78)	(65)	(92)	(91)
Total de despesas financeiras	(986)	(975)	(1.134)	(1.122)
Receitas financeiras:				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	61	86	84	171
Atualizações monetárias ativas	123	144	137	182
Outras receitas financeiras	2	2	10	1
Total de receitas financeiras	186	232	231	354
Total	(800)	(743)	(903)	(768)

Os efeitos do *hedge* nos exercícios findos em 2016 e 2015 estão divulgados na nota explicativa nº18.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30. Lucro por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31.12.2016			31.12.2015		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
<b>Numerador básico</b>						
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. em continuidade	(44)	(27)	(71)	397	218	615
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído op. descontinuadas	(257)	(154)	(411)	(226)	(124)	(350)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(301)	(181)	(482)	171	94	265
<b>Denominador básico (milhões de ações)</b>						
Média ponderada da quantidade de ações	166	100	266	166	100	266
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - operações em continuidade	(0,26891)	(0,26891)		2,39760	2,17964	
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	(1,54778)	(1,54778)		(1,36515)	(1,24104)	
Lucro (prejuízo) básico por milhões de ações (R\$) - total	(1,81669)	(1,81669)		1,03245	0,93859	
<b>Numerador diluído</b>						
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. em continuidade	(44)	(27)	(71)	397	218	615
Lucro (prejuízo) diluído alocado e não distribuído op. descontinuadas	(257)	(154)	(411)	(226)	(124)	(350)
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	(301)	(181)	(482)	171	94	265
<b>Denominador diluído</b>						
Média ponderada da quantidade de ações (milhões)	166	100	266	166	100	266
Opções de compra de ações	-	-	-	-	-	-
Média ponderada diluída das ações (milhões)	166	100	266	166	100	266
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - operações em continuidade	(0,26891)	(0,26891)		2,39222	2,17964	
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - operações descontinuadas	(1,54778)	(1,54778)		(1,36515)	(1,24104)	
Lucro (prejuízo) diluído por milhões de ações (R\$) - total	(1,81669)	(1,81669)		1,03014	0,93859	

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as opções de compras de ações não têm efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Plano de benefício

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrada pela instituição financeira BrasilPrev Seguros e Previdência S.A. A Companhia efetua contribuições mensais em nome de seus funcionários, sendo os valores pagos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 de R\$3 (R\$4 em 31 de dezembro de 2015) e as contribuições dos funcionários de R\$5 (R\$4 em 31 de dezembro de 2015). O plano contava com 715 participantes em 31 de dezembro de 2016 (859 em 31 de dezembro de 2015).

### 32. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de dezembro de 2016, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Controladora	Consolidado
		Montante da cobertura	Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	11.400	15.324
Lucro	Lucros cessantes	8.035	10.152
Automóveis e outros (*)	Perdas e Danos	364	386

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil geral no valor de R\$100 e responsabilidade civil de R\$134, totalizando o valor de R\$234 sobre as coberturas.

(\*) O valor acima informado não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE.

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 33. Informações sobre os segmentos

A Administração considera os seguintes segmentos:

- Varejo - inclui as bandeiras “Pão de Açúcar”, “Extra Hiper”, “Extra Supermercado”, “Minimercado Extra”, “Minuto Pão de Açúcar”, “Posto Extra”, “Drogaria Extra” e “GPA Malls & Properties”.
- Atacado de autosserviços - inclui a bandeira “ASSAÍ”.

A Administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito da alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e os impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 19 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos.

A Companhia considera que não é relevante divulgar informações de vendas por categoria de produto, uma vez que produtos similares são comercializados seguindo estratégias diferentes em cada um dos negócios, além de haver controles gerenciais diferentes dos segmentos. Dessa maneira, consideramos impraticável qualquer agregação de produtos para divulgação.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos, utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, e o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os exercícios apresentados, a fim de manter a comparabilidade.

Os Segmentos Eletroeletrônico e Comércio Eletrônico foram reclassificados para Operações Descontinuadas, exercício 2016 e 2015 (vide no explicativa nº35). Atividades de Comércio Eletrônico Internacionais passaram a ser associadas conforme nota explicativa nº35.

As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas no quadro a seguir:

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 33. Informações sobre os segmentos – Continuação

Descrição	Varejo (a)		Atacado de autosserviços		Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas (*)		Subtotal		Eliminação/Outros (**)		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Receita líquida de vendas	26.967	26.745	14.487	10.453	-	-	41.454	37.198	-	-	41.454	37.198
Lucro bruto	7.351	7.538	2.170	1.537	-	-	9.521	9.075	-	-	9.521	9.075
Depreciação e amortização	(576)	(552)	(131)	(98)	-	-	(707)	(650)	-	-	(707)	(650)
Equivalência patrimonial	77	81	-	-	-	-	77	81	(17)	-	60	81
Lucro operacional	396	1.275	477	337	-	-	873	1.612	(17)	-	856	1.612
Resultado financeiro	(808)	(691)	(95)	(77)	-	-	(903)	(768)	-	-	(903)	(768)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda - IR e CSLL	(413)	584	383	260	-	-	(30)	844	(17)	-	(47)	844
IR e CSLL	76	(140)	(100)	(89)	-	-	(24)	(229)	-	-	(24)	(229)
Lucro (prejuízo) de op. continuadas	(337)	444	283	171	-	-	(54)	615	(17)	-	(71)	615
Lucro (prejuízo) de op. descontinuadas	(78)	(74)	-	-	(927)	(817)	(1.005)	(891)	-	-	(1.005)	(891)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(415)	370	283	171	(927)	(817)	(1.059)	(276)	(17)	-	(1.076)	(276)
Ativo circulante	8.938	7.394	2.417	2.187	20.538	15.379	31.893	24.960	(242)	-	31.651	24.960
Ativo não circulante	10.955	13.935	2.620	1.868	-	6.850	13.575	22.653	(9)	(372)	13.566	22.281
Passivo circulante	9.171	6.910	3.020	2.409	15.642	16.326	27.833	25.645	(251)	(372)	27.582	25.273
Passivo não circulante	4.747	5.766	291	372	-	2.478	5.038	8.616	-	-	5.038	8.616
Patrimônio líquido (b)	5.975	8.653	1.726	1.274	4.896	3.425	12.597	13.352	-	-	12.597	13.352

(\*) Vide nota explicativa nº35

(\*\*) As eliminações são compostas por saldos entre as companhias. Na visão dos Administradores, as eliminações do resultado são efetuadas dentro do próprio segmento, além da equivalência da Companhia sobre Cnova N.V..

a) O segmento do varejo inclui GPA Malls & Properties.

b) A variação do Patrimônio Líquido deve-se a realocação do preço de compra da Via Varejo para operações descontinuadas.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 33. Informações sobre os segmentos – Continuação

#### Informações gerais da Companhia

A Companhia e suas subsidiárias atuam principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita líquida total é composta pelos seguintes bandeiras:

	31.12.2016	31.12.2015
Extra	16.776	17.032
Assaí	14.487	10.454
Pão de Açúcar	6.711	6.491
Proximidade	1.131	946
Outros negócios	2.349	2.275
Total de vendas líquidas	41.454	37.198

### 34. Transações não caixa

Durante os anos de 2016 e 2015 a Companhia teve transações que não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

- Incorporação de subsidiárias e reorganizações societárias descritas na nota explicativa nº1.2 e 1.3;
- Contabilização de participações societárias a custo na nota explicativa nº13.1, itens (ii) e (iii);
- Compras de imobilizado que ainda não foram pagos: na nota explicativa nº14.3;
- Compras de ativo intangível que ainda não foram pagos: na nota explicativa nº15.3;
- Provisionamento do imposto de renda diferido na nota explicativa nº20;
- Provisionamento de novas demandas judiciais na nota explicativa nº22;
- Transações com acionistas não controladores na nota explicativa nº25.7;
- Aumento de capital em Sendas com imobilizado na nota explicativa nº13.

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas

#### 35.1 Mudança de participação em Cnova N.V.

Antecedendo o processo de alienação da participação societária na Via Varejo, em 24 de julho de 2016, foi finalizada reorganização das Holdings de forma a separar as Holdings de Via Varejo e CBD sobre Cnova NV, sem qualquer efeito de participação, ou nas demonstrações financeiras.

Em um segundo passo do processo de reestruturação, e com o objetivo de concentrar o negócio Não Alimentos em uma única entidade, foi efetuada e aprovada em todas as instâncias, uma reorganização societária com participação do controlador final Casino, GPA, Via Varejo, Cnova N.V. e Cnova Brasil.

Como resultado da transação em 31 de outubro de 2016, o capital social da Cnova Brasil passou a ser detido exclusivamente por Via Varejo, que deixou de deter participação em Cnova N.V.. De acordo com os termos e condições dos contratos de empréstimo existentes entre Cnova Brasil e Cnova N.V. (avaliados em aproximadamente US\$160 milhões no final de setembro de 2016), tal evento resultou na obrigação de pagamento antecipado de tais empréstimos, que foram pagos à Cnova N.V. pela Via Varejo.

Consequentemente, o GPA deixou de deter a maioria acionária de votos em Cnova N.V., perdendo o controle sobre esta subsidiária e, ainda, deixando de consolidar as subsidiárias que representam o segmento de comércio eletrônico no exterior.



## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

#### 35.1 Mudança de participação em Cnova N.V. – Continuação

De acordo com o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS5) até 31 de outubro de 2016 a Companhia divulgou o resultado líquido das subsidiárias que representam o segmento de comércio eletrônico no exterior (principalmente Cdiscount França) após os impostos em uma única linha na demonstração do resultado (da mesma forma para 31 de dezembro de 2015) e os saldos ativos e passivos como mantido para venda e operações descontinuadas. A partir desta data, os saldos de ativo e passivo foram baixados contra patrimônio líquido e as atividades de comércio eletrônico no exterior passaram a ser contabilizadas como equivalência patrimonial, em virtude da influência significativa mantida pela Companhia.

Seguem abaixo as demonstrações de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa resumidos da Cdiscount antes das eliminações:

#### Balanço Patrimonial:

<b>Ativo</b>	<b>31.10.2016</b>
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalente de caixa	621
Contas a receber	365
Estoques	900
Outros créditos	129
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>2.015</b>
<b>Não Circulante</b>	
Impostos de renda e contribuição social diferidos	38
Partes relacionadas	520
Outros créditos	14
Imobilizado	46
Intangível	423
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>1.041</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>3.056</b>
<b>Passivo</b>	
<b>Circulante</b>	
Fornecedores	1.319
Partes relacionadas	1.300
Outras contas a pagar	363
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>2.982</b>
<b>Não circulante</b>	
Provisão para demandas judiciais	52
Outras contas a pagar	17
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>69</b>
Patrimônio líquido	5
<b>Total do passivo</b>	<b>3.056</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

#### 35.1 Mudança de participação em Cnova N.V. – Continuação

Seguem abaixo as demonstrações de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa resumidos da Cdiscount antes das eliminações: – Continuação

<b>Demonstração do Resultado</b>	<b>31.10.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Receita de venda de bens e serviços	<b>5.509</b>	6.598
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	<b>(4.973)</b>	(6.025)
<b>Lucro bruto</b>	<b>536</b>	573
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas, gerais e administrativas	<b>(527)</b>	(662)
Depreciação e amortização	<b>(63)</b>	(74)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	<b>(69)</b>	(168)
	<b>(659)</b>	(904)
<b>Prejuízo antes do resultado financeiro</b>	<b>(123)</b>	(331)
Resultado financeiro líquido	<b>(9)</b>	27
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(132)</b>	(304)
Imposto de renda e contribuição social	<b>(24)</b>	(61)
<b>Resultado das operações descontinuadas</b>	<b>(156)</b>	(365)
Atribuível:		
Acionistas controladores da Companhia	<b>(48)</b>	(113)
Participação dos acionistas não controladores	<b>(108)</b>	(252)

Além dos saldos da Demonstração do Resultado de 31 de outubro de 2016, o resultado de operações descontinuadas considera R\$(9) referente ao resultado de novembro e dezembro, totalizando R\$(165).

<b>Fluxo de Caixa:</b>	<b>31.10.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<b>(998)</b>	(730)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<b>54</b>	(112)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<b>950</b>	404
Variação cambial sobre caixa e equivalentes	<b>(24)</b>	92
<b>Variação do caixa no período</b>	<b>(18)</b>	(346)

# Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

### 35.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo

Em 23 de novembro de 2016 foi aprovado pelo Conselho de Administração o processo de alienação da participação da Companhia no capital social da Via Varejo, em linha com a sua estratégia de longo prazo de focar no desenvolvimento do setor alimentar.

De acordo com o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS5) a Companhia considera que mediante os esforços efetuados, a venda é altamente provável, o que resulta na divulgação do resultado líquido da Via Varejo (e sua subsidiária Cnova Brasil) após os impostos em uma única linha na demonstração do resultado e os saldos ativos e passivos como mantido para venda e operações descontinuadas. As demonstrações do resultado e do valor adicionado de 31 de dezembro de 2015 também demonstram as operações descontinuadas em uma única linha, para o fluxo de caixa não há qualquer efeito da aplicação do IFRS 5 sendo divulgado nesta nota explicativa o efeito das operações descontinuadas. O efeito dos ativos e passivos disponíveis para venda em 31 de dezembro de 2016 era de R\$20.303 e R\$15.632, respectivamente. O efeito do resultado com operações descontinuadas foi de um prejuízo de R\$1.005 em 31 de dezembro 2016 (prejuízo de R\$891 em 31 de dezembro 2015)

A subsidiária Via Varejo S.A. ("Via Varejo"), possui ações negociadas na BM&FBovespa, sob o código "VVAR11" e "VVAR3".

Seguem abaixo as demonstrações consolidadas de resultado, balanço patrimonial e fluxo de caixa resumidos da Via Varejo antes das eliminações, incluindo efeitos da alocação do preço de compra nas aquisições de Globex e Casa Bahia:

#### Balanço Patrimonial (\*):

Ativo	31.12.2016
<b>Circulante</b>	
Caixa e equivalente de caixa	4.030
Contas a receber	2.782
Estoques	3.054
Outros créditos	704
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>10.570</b>
<b>Não Circulante</b>	
Contas a receber	204
Outras contas a receber	2.932
Imposto de renda e contribuição social diferidos	289
Partes relacionadas	681
Investimento em controladas e associadas	144
Imobilizado	1.550
Intangível	4.170
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>9.970</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>20.540</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

#### 35.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

##### Balanco Patrimonial (\*):

<b>Passivo</b>	<b>31.12.2016</b>
<b>Circulante</b>	
Fornecedores	5.618
Fornecedores convênio	489
Empréstimos e financiamentos	3.532
Partes relacionadas	189
Outras contas a pagar	2.231
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>12.059</b>
<b>Não circulante</b>	
Empréstimos e financiamentos	407
Imposto de renda e contribuição social diferidos	849
Outras contas a pagar	2.329
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>3.585</b>
Patrimônio Líquido	4.896
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>20.540</b>

(\*) Antes das eliminações do saldo de partes relacionadas com GPA no valor de R\$237 no ativo e R\$11 no passivo.

<b>Efeitos na controladora</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>
Reclassificação de investimento para mantido para venda	13.1	1.722
Reclassificação de ágio para mantido para venda	15	179
<b>Ativos mantidos à venda e operações descontinuadas</b>		<b>1.901</b>

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

#### 35.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

<b>Demonstração do Resultado Combinada (*)</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Receita de venda de bens e serviços	<b>23.215</b>	25.447
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	<b>(16.201)</b>	(18.780)
<b>Lucro bruto</b>	<b>7.014</b>	6.667
(Despesas) receitas operacionais		
Despesas com vendas, gerais e administrativas	<b>(6.084)</b>	(5.680)
Depreciação e amortização	<b>(207)</b>	(237)
Resultado de equivalência patrimonial	<b>30</b>	31
Outras (despesas) operacionais, líquidas	<b>(389)</b>	(231)
	<b>(6.650)</b>	(6.117)
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>364</b>	550
Resultado financeiro líquido	<b>(1.075)</b>	(899)
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(711)</b>	(349)
Imposto de renda e contribuição social	<b>(34)</b>	(87)
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(745)</b>	(436)
Atribuível:		
Acionistas controladores da Companhia	<b>(268)</b>	(148)
Participação dos acionistas não controladores	<b>(477)</b>	(288)

(\*) Via Varejo passou a consolidar Cnova Brasil em 31 de outubro de 2016, desta forma, o resultado acima é combinado, assumindo os resultados de Via Varejo e Cnova Brasil combinados a partir de 1º de janeiro de 2015. Antes das eliminações de saldos de partes relacionadas com GPA:

<b>Descrição</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
Receita líquida de vendas	<b>(22)</b>	(24)
Custo das mercadorias vendidas	<b>(7)</b>	(6)
Despesas com Vendas	<b>1</b>	2
Resultado financeiro	<b>5</b>	6
Imposto de renda e contribuição social	<b>6</b>	6
<b>Total</b>	<b>(17)</b>	(16)

Adicionalmente, foi efetuada uma reclassificação de custos incorridos na Controladora basicamente relacionada a custos indenizatórios de contingências oriundas de períodos anteriores à aquisição, pagos a Via Varejo. Nos termos do IFRS 5, tais custos foram reclassificados para atividades descontinuadas no montante de R\$77 em 2016 (R\$74 em 2015).

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

#### 35.2 Transação em curso para venda da subsidiária Via Varejo – Continuação

<b>Fluxo de Caixa</b>	<b>31.12.2016</b>	<b>31.12.2015</b>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>(2.636)</b>	<b>2.445</b>
Prejuízo do exercício	(745)	(436)
Depreciação / Amortização	260	307
Juros e variações monetárias	461	368
Resultado de equivalência patrimonial	(30)	(31)
Provisão para demandas judiciais	505	188
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	627	571
Provisão para obsolescência e quebra	(104)	110
Receitas Diferidas	(211)	(99)
Outras receitas e despesas Operacionais	6	80
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>		
Contas a receber, estoques, partes relacionadas	(1.659)	177
Outros ativos	(497)	(362)
Fornecedores, encargos, tributos e outros passivos	(1.354)	1.169
Demandas judiciais	(309)	(276)
Receita Diferida	414	679
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>(237)</b>	<b>(420)</b>
Aquisição de bens do ativo imobilizado e aumento do intangível	(190)	(420)
Pagamento na troca de ações de Cnova N.V. por Cnova Brasil	(47)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>226</b>	<b>(658)</b>
Captações, refinanciamentos e pagamentos	227	(435)
Pagamento de dividendos	(1)	(223)
<b>Variação de caixa no período</b>	<b>(2.647)</b>	<b>1.367</b>

#### 35.3 Valor justo Via Varejo

Ainda de acordo com o CPC 31 (IFRS 5) o investimento da Via Varejo deve ser reconhecido considerando o menor entre o valor contábil dos ativos líquidos e o valor de mercado menos custo da venda.

A Companhia estima que o valor de mercado menos custo da venda da Via Varejo é superior ao valor contábil dos ativos líquidos, baseada na ponderação de diferentes métodos de avaliação incluindo: i) múltiplo de P/E (Price/Earnings), considerando empresas locais negociadas em bolsa, com operações no mesmo segmento da Via Varejo, ii) fluxo de caixa descontado preparado por assessores externos, usando premissas de 15,7% de taxa de desconto e crescimento na perpetuidade de 5,5%, iii) média de prêmios pagos sobre o preço da ação antes do anúncio em transações de aquisição de companhias listadas na bolsa; e iv) preços-alvo de analistas financeiros para a ação.

Para todos os métodos descritos acima o valor contábil está dentro do intervalo razoável de valorização, desta maneira a valorização não é altamente sensível a mudanças de premissas nos métodos.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

#### 35.4 Efeitos em 2015

Segue abaixo a demonstração do resultado consolidado da Companhia em 31 de dezembro de 2015 antes e após considerarmos as operações de comércio eletrônico e eletro como atividade descontinuada.

Demonstração do Resultado	31.12.2015	Operações Descon- tinuadas Cdiscount (*)	Operações Descon- tinuadas Via Varejo e Cnova (*)	Operações Descon- tinuadas Multivarejo (**)	31.12.2015
Receita de venda de bens e serviços	69.220	6.598	25.424	-	37.198
Custo das mercadorias vendidas e/ou serviços	(52.934)	(6.025)	(18.786)	-	(28.123)
<b>Lucro bruto</b>	<b>16.286</b>	<b>573</b>	<b>6.638</b>	<b>-</b>	<b>9.075</b>
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	(11.313)	(481)	(4.910)	-	(5.922)
Gerais e administrativas	(1.717)	(181)	(770)	-	(766)
Depreciação e amortização	(961)	(74)	(237)	-	(650)
Resultado de equivalência patrimonial	112	-	31	-	81
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(684)	(168)	(231)	(79)	(206)
	(14.563)	(904)	(6.117)	(79)	(7.463)
<b>Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro</b>	<b>1.723</b>	<b>(331)</b>	<b>521</b>	<b>(79)</b>	<b>1.612</b>
Resultado financeiro, líquido	(1.653)	27	(892)	(20)	(768)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>70</b>	<b>(304)</b>	<b>(371)</b>	<b>(99)</b>	<b>844</b>
Imposto de renda e contribuição social	(346)	(61)	(81)	25	(229)
<b>Lucro (Prejuízo) líquido do período das operações continuadas</b>	<b>(276)</b>	<b>(365)</b>	<b>(452)</b>	<b>(74)</b>	<b>615</b>
<b>Atribuível:</b>					
Acionistas controladores da Companhia	265	(113)	(163)	(74)	615
Participação dos acionistas não controladores	(541)	(252)	(289)	-	-

(\*) Após as eliminações com partes relacionadas.

(\*\*) Despesas diretamente relacionadas às operações descontinuadas.

## Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 35. Ativos não circulantes mantidos à venda e operações descontinuadas – Continuação

#### 35.5 Segmentos

Segue abertura por segmento de ativos mantidos à venda e operações descontinuadas:

Descrição	Eletro	Comércio eletrônico Exterior	Total
Receita líquida de vendas	23.215	5.509	28.724
Lucro bruto	7.014	536	7.750
Depreciação e amortização	(207)	(63)	(270)
Equivalência patrimonial	30	-	30
Lucro operacional	364	(132)	232
Resultado financeiro	(1.075)	(9)	(1.084)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(711)	(141)	(852)
Imposto de renda e contribuição social	(34)	(24)	(58)
Lucro (prejuízo) de op. descontinuadas	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(745)	(165)	(910)
Ativo circulante	10.570	-	10.570
Ativo não circulante	9.968	-	9.968
Passivo circulante	12.057	-	12.057
Passivo não circulante	3.585	-	3.585
Patrimônio líquido	4.896	-	4.896

### 36. Eventos subsequentes

#### 36.1 Emissão de nota promissória

Em 10 de janeiro de 2017 foi aprovada pelo Conselho de Administração a realização da 3ª emissão pública de 320 notas promissórias com valor unitário de R\$2,5 com valor de emissão de R\$800.

#### 36.2 Emissão de certificado de recebíveis do agronegócio

Em 23 de fevereiro de 2017 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a oferta de emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (CRA) pela Ápice Securitizadora, que serão representados por debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) da 14ª emissão da Companhia. A oferta será coordenada pelo Banco BRADESCO BBI S.A., Banco Safra S.A. e Banco BNP PARIBAS Brasil S.A., terá o valor inicial de R\$800, podendo tal montante ser acrescido, total ou parcialmente, em até 20% do CRA inicialmente ofertado e, adicionalmente, em até 15% de acordo com a demanda verificada pelos bancos coordenadores no procedimento de Bookbuilding, e remuneração de 96,5% da taxa DI.